



ADMINISTRATIVO COMUM

Dados Básicos

NUP:	00786.002125/2019-01
Tipo:	PROCESSO
Abertura:	04/10/2019 10:56
Volume(s):	1
Fase Atual:	CORRENTE
Classificação:	SUBSÍDIO PARA DEFESA EM JUÍZO (305)
Espécie:	ADMINISTRATIVO COMUM
Procedência:	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Meio:	ELETRÔNICO
Valor:	R\$ 0,00
Restrição de Acesso:	NÃO
Acesso Internet:	NÃO
Vinculações:	00431.049774/2019-87 (PRINCIPAL) 00786.002125/2019-01 (REMISSÃO)

Interessados (5 no máximo)

Nome	Modalidade	Representado AGU
UNIÃO FEDERAL (00.000.000/0000-01)	REQUERIDO (PÓLO PASSIVO)	SIM
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM (29.406.625/0001-30)	REQUERIDO (PÓLO PASSIVO)	SIM

[Mais](#)

Assuntos

Nome	Principal
INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL (21610)	SIM

[Mais](#)

Informações

Título:	OUTROS ORIGINADA NO NUP 00431.049774/2019-87
Descrição:	
Outro Número:	

Localização

Setor Atual:	ARQUIVO (PFAL)
Localizador:	

Tramitações Recentes (5 últimas)

Origem	Destino	Recebido
--------	---------	----------



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE ALAGOAS
NUAP (OUTROS) - NÚCLEO DE APOIO PROCESSUAL
NUAP - NÚCLEO DE APOIO PROCESSUAL

OFÍCIO n. 00428/2019/NUAPO/PFAL/PGF/AGU

Maceió, 04 de outubro de 2019.

Ao Senhor(a) Responsável pela PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

NUP: 00431.049774/2019-87 (REF. 0806577-74.2019.4.05.8000)

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS

ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS

Senhor(a) Procurador(a) Federal,

De ordem do Procurador Federal Agélio Novaes de Miranda, encaminhamos, para ciência, o **DESPACHO n. 00222/2019/NUAFI/PFAL/PGF/AGU**, constante no Seq. 65 do NUP Principal: 00431.049774/2019-87.

Atenciosamente,

IGOR DUARTE CAVALCANTE
Servidor Administrativo



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS MINERÁRIOS

DESPACHO n. 06928/2019/PFE-ANM/PGF/AGU

NUP: 00786.002125/2019-01 (REF. 00431.049774/2019-87)

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS

ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS

1. Manifesto ciência do teor do **DESPACHO n. 00222/2019/NUAFI/PFAL/PGF/AGU** (Seq. 65 do NUP Principal: 00431.049774/2019-87) referendado no **OFÍCIO n. 00428/2019/NUAPO/PFAL/PGF/AGU**.

2. Solicito ao SAA/PFE que cientifique o **Procurador Federal Agélio Novaes de Miranda** do fato de que o **Superintendente de Produção Mineral**, servidor **José Antônio Alves dos Santos**, está a disposição para comparecer ao ato processual, conforme solicitado. Nesta quadra, pleiteia-se interlocução com vistas ao agendamento da audiência para data à partir da quarta semana do corrente mês, dias 21 a 25, em razão de compromissos profissionais do Superintendente. Pugno, *in adendo*, seja cientificado o Procurador Chefe.

Brasília, 04 de setembro de 2019.

Márcio Chaves de Castro

Procurador Federal

Coordenador Substituto de Assuntos Minerários da PF/ANM

Documento assinado eletronicamente por MARCIO CHAVES DE CASTRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 325635870 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCIO CHAVES DE CASTRO. Data e Hora: 04-10-2019 13:29. Número de Série: 2002906746736608418. Emissor: AC CAIXA PF v2.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

DESPACHO n. 06954/2019/PFE-ANM/PGF/AGU

NUP: 00786.002125/2019-01 (REF. 00431.049774/2019-87)

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS

ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS

1. Tomo conhecimento do OFÍCIO n. 00428/2019/NUAPO/PFAL/PGF/AGU da Procuradoria Federal no Estado de Alagoas.
2. Em arremate, tomo ciência do DESPACHO n. 06928/2019/PFE-ANM/PGF/AGU, que trata de agendamento de possível comparecimento em Audiência Judicial.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA
Procurador-Chefe da ANM

Documento assinado eletronicamente por MAURICYO JOSE ANDRADE CORREIA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 325752327 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MAURICYO JOSE ANDRADE CORREIA. Data e Hora: 04-10-2019 16:33. Número de Série: 7116423960796185811. Emissor: AC CAIXA PF v2.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE ALAGOAS
NUAFI - NÚCLEO DE AÇÕES FINALÍSTICAS

AV. DEP. JOSÉ LAGES, 555, 10º ANDAR, PONTA VERDE, MACEIÓ/AL, CEP 57035-330, FONE (82) 3215-4900

DESPACHO n. 00236/2019/NUAFI/PFAL/PGF/AGU

NUP: 00786.002125/2019-01 (REF. 00431.049774/2019-87)

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS

ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS

1. Considerando que os autos foram encaminhados por equívoco a esta Procuradoria Federal Especializada, devolvam-se os autos à PF/AL.

Maceió, 22 de outubro de 2019.

SÉRGIO DE SOUZA COSTA GONÇALVES LINS
PROCURADOR FEDERAL

Documento assinado eletronicamente por SERGIO DE SOUZA COSTA GONCALVES LINS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 333932808 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO DE SOUZA COSTA GONCALVES LINS. Data e Hora: 22-10-2019 13:46. Número de Série: 17163596. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

CERTIDÃO

Certifico que o presente processo foi encaminhado para o arquivo provisório.

22/10/2019

MIRELLA DE SOUZA LEÃO BRAGA BARRETO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE ALAGOAS
NUAP - NÚCLEO DE APOIO PROCESSUAL

AV. DEP. JOSÉ LAGES, 555, 10º ANDAR, PONTA VERDE, MACEIÓ/AL, CEP 57035-330, FONE (82) 3215-4900

OFÍCIO n. 00089/2020/NUAP/PFAL/PGF/AGU

Maceió, 17 de janeiro de 2020.

Ao Senhor(a) Procurador Chefe da PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

NUP: 00431.049774/2019-87 (REF. 0806577-74.2019.4.05.8000)

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS

ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS

Senhor Procurador Chefe,

De ordem do Procurador Federal Agélio Novaes de Miranda, encaminhamos o **DESPACHO n. 00005/2020/NUAFI/PFAL/PGF/AGU** e a documentação nele referenciada, em anexo, para ciência da liminar proferida nos autos do processo judicial nº **0806577-74.2019.4.05.8000**, bem como da citação efetivada, ao tempo que solicitamos, **no prazo de até o dia 07/02/2020**, o envio de subsídios para defesa e/ou recurso na ação, indicando ainda a melhor estratégia finalística, inclusive à luz dos novos fundamentos de fato e de direito já traçados no *decisum*.

Atenciosamente,

IGOR DUARTE CAVALCANTE
Servidor Administrativo



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE ALAGOAS
NUAFI - NÚCLEO DE AÇÕES FINALÍSTICAS

AV. DEP. JOSÉ LAGES, 555, 10º ANDAR, PONTA VERDE, MACEIÓ/AL, CEP 57035-330, FONE (82) 3215-4900

DESPACHO n. 00005/2020/NUAFI/PFAL/PGF/AGU

NUP: 00431.049774/2019-87 (REF. 0806577-74.2019.4.05.8000)

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS

ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS

Vistos, etc.

Cuida-se, em síntese, de ação que imputa responsabilidade ambiental aos demandados (empresas e poder público, incluindo a ANM) pelos danos socioambientais perpetrados nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, na cidade de Maceió-AL. O caso é de conhecimento público, porque envolve o risco de afundamento dos referidos bairros da cidade de Maceió-AL com consequências para milhares de pessoas, já tendo ocorrido audiências públicas, manifestações técnicas em outras demandas, bem como inclusão dessas ações no Observatório Nacional do CNJ e CNMP. Trata-se, portanto, de ação prioritária.

Pois bem, a presente Ação Civil Pública do MPF, com pedido de antecipação de tutela, em face da Braskem, Odebrecht, Petrobras, ANM, IMA/AL, União, Estado de Alagoas e BNDES, em termos bem gerais, utiliza o estudo da CPRM para atribuir a responsabilidade primária à Braskem S.A., subsidiária “em primeiro” grau à Odebrecht e à Petrobras e subsidiária “em segundo grau” aos entes públicos. Veiculou-se ainda pedido liminar e devido a complexidade da demanda, cuja inicial conta com mais de 300 laudas, foi concedido prazo de 10 (dez) dias para os réus se manifestassem preliminarmente.

Com suporte em subsídios de fato e de direito encaminhados a ANM se manifestou sobre os pedidos liminares.

Pois bem, o MM Juiz Federal proferiu a decisão liminar. Na referida decisão não foi acolhida a preliminar de ilegitimidade da ANM que acabou sendo citada para responder à ação.

Sendo assim, encaminhe-se o presente expediente à ANM para que tome ciência da liminar proferida (4058000.5700850), bem como da citação efetivada e providencie - até **07/02/2020** - o envio de subsídios para defesa e/ou recurso na ação, indicando ainda a melhor estratégia finalística, inclusive à luz dos novos fundamentos de fato e de direito já traçados no *decisum*.

Ao apoio PFAL para encaminhar com cópia da decisão 4058000.5700850 e com destaque de relevante solicitando resposta da ANM até 07/02/2020.

Providências de estilo.

Maceió, 17 de janeiro de 2020.

AGÉLIO NOVAES DE MIRANDA
PROCURADOR FEDERAL

PROCESSO Nº: 0806577-74.2019.4.05.8000 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉU: BRASKEM S/A e outros

ADVOGADO: Guilherme Oliva e outros

3ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

A - RELATÓRIO.

1. Trata-se de ação civil pública, com pedido de antecipação de tutela de urgência, ajuizada pelo Ministério Público Federal - MPF contra **Braskem S. A., Odebrecht S. A., Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobrás, Agência Nacional de Mineração - ANM, Instituto de Meio Ambiente de Alagoas - IMA/AL, União Federal, Estado de Alagoas e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**. O autor pretende obter a condenação dos réus a ressarcirem os danos socioambientais perpetrados nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, na cidade de Maceió/AL, em decorrência da atividade realizada pela empresa Braskem S. A., concernente à extração de sal-gema, em quantia não inferior a R\$ 20,5 bilhões, bem como a adotarem medidas de compensação, em valores a serem definidos pericialmente, mas não inferiores a R\$ 3,075 bilhões, imputando-lhes ainda danos morais coletivos em 20% do valor da condenação.

2. O MPF narra que, há muitos anos, o Pinheiro vem apresentando instabilidade do solo, com rachaduras e afundamentos em moradias e vias públicas da região, situação que se agravou no início de 2018, após intensas chuvas, quando apareceu fissura de aproximadamente 283 metros no bairro, além de outras rachaduras em vias e imóveis da região. Esses fatos estariam relacionados com sismo de 2,4 mR, ocorrido no dia 3 de março de 2018, sentido nos referidos bairros, eventos que produziram danos e aceleraram o aparecimento de outras fissuras, trincas e rachaduras em edificações, ruas e passeios em área expressiva do bairro, causando a interdição e ordem de evacuação de moradias.

3. Diante dessas ocorrências, a Defesa Civil de Maceió acionou o Serviço Geológico do Brasil - SGB/CPRM para monitorar a situação e apurar as causas da instabilidade do solo, tendo emitido relatório de visita técnica de avaliação. Entre os meses de junho a setembro de 2018, a CPRM elaborou mapa de feições de instabilidade do terreno, classificando as áreas afetadas em três níveis, vermelho, laranja e amarelo, de acordo com a intensidade das evidências de deformação. A partir desse mapa, em 5 de dezembro de 2018, a Prefeitura de Maceió publicou o Decreto nº 8.658/2018, declarando situação de emergência no Pinheiro, e, em 28 de dezembro de 2018, o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, reconheceu a situação de emergência do bairro. Ademais, em 14 de janeiro de 2019, o Ministério de Minas e Energia - MME, publicou a Portaria nº 20/2019, determinando à CPRM e à ANM que priorizassem e intensificassem ações de diagnóstico e monitoramento de instabilidade geológica no Pinheiro, sob coordenação da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM.

4. Com base nos trabalhos realizados, em janeiro de 2019, a CPRM emitiu três relatórios de acompanhamento elencando as linhas de investigação acerca da situação

do Pinheiro. Em 21 de março de 2019, a empresa pública divulgou imagens de levantamento de interferometria, obtidas através de satélite, mostrando que a área de maior movimentação seria coincidente com a área de exploração de sal-gema pela Braskem, e que vem havendo subsidência na área de mineração em nível elevado. Por fim, teria sido revelado que o bairro do Pinheiro é uma zona de transição entre uma área que apresenta subsidência acelerada (bairros de Mutange e Bebedouro) e uma área estável (bairros no sentido da Avenida Fernandes Lima) e, justamente por esse motivo, apresenta fissuras e rachaduras. Diante disso, em 26 de março de 2019, o Município de Maceió publicou o Decreto nº 8.699/2019, que declarou estado de calamidade pública nos bairros do Mutange e Bebedouro, o que foi reconhecido pelo Governo Federal, mediante a Portaria nº 1311, em 28 de maio de 2019.

5. O MPF afirma que, em 8 de maio de 2019, a CPRM apresentou o Relatório Síntese dos Resultados nº 1, elaborado por equipe multidisciplinar de, aproximadamente, 53 *experts*, referente aos estudos realizados, no período de junho de 2018 a abril de 2019, o qual indicou como causa principal da instabilidade de terreno na região a atividade de extração de sal-gema da empresa Braskem S. A. Aduz que, no dia seguinte à divulgação do referido relatório, a empresa ré emitiu nota oficial, informando a paralisação de suas atividades de mineração na localidade, sem, contudo, explicitar como isso seria feito, levando-o a ajuizar ação civil pública contra a Braskem, a ANM e o IMA/AL, que tramitou perante a 4ª Vara Federal de Alagoas, pugnando pelo correto fechamento das minas.

6. A inicial descreve a atuação extrajudicial do MPF no caso, discorrendo sobre a disciplina normativa dos recursos minerais e sobre o processo de extração de sal-gema. Tece críticas à concessão de lavra concedida pela ANM e as licenças ambientais concedidas pelo IMA/AL, acusando este último de conduta temerária, por não ter exigido o necessário Estudo de Impacto Ambiental - EIA. A exordial também faz críticas ao Relatório de Impacto Ambiental - RIMA utilizado para liberar a atividade de mineração da Braskem em Maceió/AL, apontando deficiências e inconsistências no referido documento, o qual considera repleto de graves irregularidades e insuficiências, e conclui que a ANM e o IMA/AL foram omissos em suas respectivas competências de órgãos fiscalizadores.

7. A fim de caracterizar a ocorrência de danos socioambientais, o autor se vale de laudo técnico elaborado pelo Setor Pericial do MPF, segundo o qual a atividade de lavra subterrânea de sal-gema resultou em alterações das características e da dinâmica natural do subsolo e do solo em superfície e que, desses fatos, decorrem riscos de outros danos ambientais, ainda que em área urbana e periurbana. Além disso, dá destaque aos danos ambientais decorrentes de alterações morfológicas na Lagoas Mundaú, que integra o Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM). No capítulo dedicado a demonstrar a responsabilidade dos demandados, o MPF faz extensa análise do Relatório Síntese da CPRM, e do Parecer Técnico elaborado por sua Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA).

8. Segundo relato da inicial, o Relatório da CPRM indica que o Serviço Geológico investigou quatro hipóteses para o caso: (i) características geotécnicas dos solos da região e forma de ocupação do bairro; (ii) presença de vazios (cavidades, cavernas) no solo e subsolo da região decorrente de causas naturais ou de ações atópicas; (iii) estruturas/feições tectônicas ativas na região (falhas, discontinuidades, por exemplo; (iv) exploração de água subterrânea. Ao final, após descartar as hipóteses "i" e "iv", a CPRM concluiu que *"está ocorrendo desestabilização das cavidades provenientes da extração*

de sal-gema, provocando halocinese (movimentação do sal) e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió-AL". O Parecer Técnico da SPPEA é mencionado no contexto da análise das atividades realizadas pelo Serviço Geológico do Brasil e das fiscalizações realizadas pela Agência Nacional de Mineração nos poços/minas da Braskem S. A., dando respaldo às alegações do MPF quanto à existência do dano, sua relação de causalidade com a atividade de extração, bem como no tocante à omissão dos órgãos estatais de fiscalização.

9. Nos fundamentos jurídicos da ação, em preliminares, o MPF argumenta em favor da competência da Justiça Federal para a causa, o cabimento da ação civil pública, sua legitimidade ativa e a legitimidade passiva dos demandados para a causa, a inexistência de conexão com outras ações, a existência de interesse de agir, a despeito da existência de termos de cooperação contidos no objeto da demanda. Como fundamentos do mérito da ação, faz minuciosa exposição dos princípios ambientais aplicáveis: princípio da participação, da indisponibilidade do interesse público ambiental, do direito à sadia qualidade de vida, do acesso equitativo aos recursos naturais, da obrigatoriedade da intervenção do Poder Público, da prevenção e precaução, do poluidor pagador, e da reparação integral, tudo isso em meros mementos, eis que as questões jurídicas relevantes para o processo serão examinadas, em cada ponto e premissa, no momento oportuno e sempre que pertinentes, nos fundamentos de cada pronunciamento deste juízo.

10. Em respeito à valoração dos danos ambientais, o MPF alega que, mesmo "*não sendo possível ainda mensurar toda a extensão do dano (isto é, trata-se de quantia ilíquida), há uma previsão de que o passivo ambiental (estipulado em aproximadamente 20,5 bilhões de reais) será, pelo menos, três vezes maior que o patrimônio líquido da empresa ré, o que evidencia a insolvência da Braskem*". Quanto a esse ponto, em particular, requer que seja realizada perícia técnica multi e interdisciplinar para precisar, na maior extensão possível, o que haverá de ser restaurado/recuperado e o que, em função da irreversibilidade, deverá ser indenizado. Sustenta que o planejamento da reparação, inclusive das medidas emergenciais, é tarefa que deve ser imputada à Braskem, submetida a escrutínio: a) de uma auditoria ambiental, e b) dos órgãos e entidades ambientais, e a gestão dos planos e de sua execução deve ser executada pela empresa, submetida ao controle do juízo, do Ministério Público e dos órgãos e entidades estatais de fiscalização, bem como de uma auditoria externa e independente.

11. Em sede de antecipação de tutela de urgência, o MPF formula aproximadamente 80 (oitenta) pedidos, os quais seguem transcritos infra:

"A concessão liminar de tutela provisória, inaudita altera pars em relação às empresas rés e, respeitado o art. 2º da Lei n. 8.437/92, em relação aos entes públicos, uma vez presentes os requisitos que exigem sua concessão, para que:

XVIII.1.1 - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Requer-se, com fulcro no art. 4º da Lei n. 9605/98 e arts. 133 a 137 do NCPC, seja desconsiderada a personalidade jurídica da empresa Braskem S.A., visando atingir as acionistas com direito a voto, Odebrecht S.A. e Petrobrás, responsáveis solidárias, como forma de viabilizar a reparação, compensação e indenização dos danos socioambientais e suportar a execução

das medidas emergenciais narrados alhures (Fundamentação: Capítulos VIII.2 e XI.7).

XVIII.1.2 - APORTE DE RECURSOS E OFERECIMENTO DE GARANTIAS (BLOQUEIO DE RECURSOS)

I. Determine (Fundamentação Capítulo XIII):

I.1. à Braskem S.A., no prazo de 30 (trinta) dias que:

a) deposite em fundo privado próprio, sob gestão própria e fiscalização por auditoria independente de empresa especializada por elas contratadas e aprovada por esse juízo, com a oitiva do Ministério Público Federal, o valor inicial de R\$ 3.075.000.000,00 (três bilhões, setenta e cinco milhões de reais), correspondente a 15% da valoração mínima prima facie dos danos, que terá destinação vinculada à execução dos programas socioambientais iniciais e das medidas emergenciais; b) apresente garantias idôneas no valor de R\$ 20.500.000.000,00 (vinte bilhões e quinhentos milhões de reais); c) mantenha capital de giro no fundo nunca inferior, inicialmente, a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) ou, após aprovado o cronograma físico-financeiro da reparação, a 100% das despesas previstas para os doze meses subsequentes.

I.2. Subsidiariamente (Fundamentação XI.7.1.) à Petrobras, no prazo de 30 (trinta) dias que:

a) deposite em fundo privado próprio, sob gestão própria e fiscalização por auditoria independente de empresa especializada por elas contratadas e aprovada por esse juízo, com a oitiva do Ministério Público Federal, o valor necessário à integralização dos R\$ 3.075.000.000,00 (três bilhões, setenta e cinco milhões de reais) apontados no item anterior (I.1, a), correspondente a 15% da valoração mínima prima facie dos danos, que terá destinação vinculada à execução dos programas socioambientais iniciais e de emergência; b) apresente garantias idôneas no valor de R\$ 20.500.000.000,00 (vinte bilhões e quinhentos milhões de reais); c) mantenha capital de giro no fundo necessário à integralização de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) ou, após aprovado o cronograma físico-financeiro da reparação, a 100% das despesas previstas para os doze meses subsequentes, conforme apontado no item anterior (I.1, c).

I.3. Subsidiariamente (Fundamentação XI.7.1.) à Odebrecht, no prazo de 30 (trinta) dias que:

a) deposite em fundo privado próprio, sob gestão própria e fiscalização por auditoria independente de empresa especializada por elas contratadas e aprovada por esse juízo, com a oitiva do Ministério Público Federal, o valor necessário à integralização dos R\$ 3.075.000.000,00 (três bilhões, setenta e cinco milhões de reais) apontados no item anterior (I.1, a), correspondente a 15% da valoração mínima prima facie dos danos, que terá destinação vinculada à execução dos programas socioambientais iniciais e de emergência; b) apresente garantias idôneas no valor de R\$ 20.500.000.000,00 (vinte bilhões e quinhentos milhões de reais); c) mantenha capital de giro no fundo necessário à integralização de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) ou,

após aprovado o cronograma físico-financeiro da reparação, a 100% das despesas previstas para os doze meses subsequentes, conforme apontado no item anterior (I.1, c).

II. Determine que as empresas rés Braskem S.A., Petrobrás e Odebrecht, de forma solidária, em caso de bloqueio ou medida constritiva sobre valores do fundo, integralizem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quantia equivalente ao valor bloqueado, de modo à retomada do saldo líquido disponível mínimo (Fundamentação Capítulo XIII);

III. Decrete:

III.1. Em desfavor da Braskem S.A, a indisponibilidade de bens e valores nos seguintes termos (Fundamentação Capítulo XIV):

a) vedando-se a oneração ou alienação de bens do ativo fixo (não circulante), devendo a medida abranger, dentre outros, os bens imóveis, direitos minerários e participações societárias que possuïrem em território nacional;

b) vedando-se a distribuição de lucros, seja sobre a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outro meio;

c) o bloqueio judicial dos valores provenientes dos lucros que não foram distribuídos até a presente data;

XVIII.1.3 - SUSPENSÃO DE FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS

Determine à União e ao Estado de Alagoas, bem como ao BNDES, que condicionem a aprovação de futuros e a manutenção dos já existentes financiamentos ou incentivos governamentais que tenham como beneficiária a Braskem S.A. à prévia reparação integral do meio ambiente degradado, por meio das seguintes medidas (Fundamentação: Capítulo XI.9):

a) decretação de vencimento antecipado de todas as operações de crédito e financiamento em curso;

b) suspensão de eventuais desembolsos ainda por realizar decorrente de operações em curso;

c) vedação de contratação de novas operações de crédito e financiamento em entidades públicas ou das quais o poder público possua poder de controle acionário;

d) suspensão do recebimento de subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, do poder público.

XVIII.1.4 - GARANTIA DE BOAS PRÁTICAS E COMPLIANCE SOCIOAMBIENTAIS

XVIII.1.4.1. Determine à Braskem S.A. a contratação, em 30 (trinta) dias, de auditoria externa que tenha como escopo avaliar a sua governança corporativa, sua cultura e normas de gestão do risco ambiental, associado às práticas adotadas, determinando correção de comportamento e valores que se

ajustem às necessidades do desenvolvimento sustentável e previnam a repetição de novos desastres ambientais, observadas as seguintes diretrizes: a) a contratação deverá recair sobre uma das quatro grandes empresas mundiais de auditoria (Deloitte, Ernst & Young - EY; KPMG e PricewaterhouseCoopers - PwC), não podendo coincidir com aquela já contratada para fins de auditoria ambiental, contábil e financeira, de forma a prevenir conflito de interesses; b) a empresa contratada deverá emitir relatórios periódicos circunstanciados que descrevam o quanto apurado, as determinações feitas às empresas, e atestem a conformidade da governança corporativa, das normas, políticas internas e práticas àquelas determinações; c) todos os relatórios emitidos deverão ser encaminhados à União, ao Estado Alagoas e ao Ministério Público Federal; d) toda documentação interna pertinente ao exame e fiscalização do diagnóstico feito pela auditoria e do cumprimento das determinações deverá ser encaminhada aos órgãos e entidades públicos competentes, inclusive ao Ministério Público Federal, sem oposição de sigilo ou estratégia negociais; e) a auditoria e procedimento de controle devem perdurar, pelo menos, por 10 (dez) anos; f) a contratação de outra empresa, fora do universo das quatro acima mencionadas, deve ser precedida de autorização judicial e de manifestação ministerial, demonstrada cabalmente a impossibilidade de fazê-lo por recusa formal ou motivo que seja considerado como justificativa bastante ao ato, sempre respeitadas as pautas de habilitação e capacidade técnica, e independência (Fundamentação Capítulo XIII.2).

XVIII.1.4.2. Subsidiariamente (Fundamentação XI.7.1.), determine à Petrobras a contratação, em 30 (trinta) dias, de auditoria externa que tenha como escopo avaliar a governança corporativa, a cultura e as normas de gestão do risco ambiental, associado às práticas adotadas pela Braskem S.A., determinando correção de comportamento e valores que se ajustem às necessidades do desenvolvimento sustentável e previnam a repetição de novos desastres ambientais, observadas as seguintes diretrizes: a) a contratação deverá recair sobre uma das quatro grandes empresas mundiais de auditoria (Deloitte, Ernst & Young - EY; KPMG e PricewaterhouseCoopers - PwC), não podendo coincidir com aquela já contratada para fins de auditoria ambiental, contábil e financeira, de forma a prevenir conflito de interesses; b) a empresa contratada deverá emitir relatórios periódicos circunstanciados que descrevam o quanto apurado, as determinações feitas às empresas, e atestem a conformidade da governança corporativa, das normas, políticas internas e práticas àquelas determinações; c) todos os relatórios emitidos deverão ser encaminhados à União, ao Estado Alagoas e ao Ministério Público Federal; d) toda documentação interna pertinente ao exame e fiscalização do diagnóstico feito pela auditoria e do cumprimento das determinações deverá ser encaminhada aos órgãos públicos competentes, inclusive ao Ministério Público Federal, sem oposição de sigilo ou estratégia negociais; e) a auditoria e procedimento de controle devem perdurar, pelo menos, por 10 (dez) anos; f) a contratação de outra empresa, fora do universo das quatro acima mencionadas, deve ser precedida de autorização judicial e de manifestação ministerial, demonstrada cabalmente a impossibilidade de fazê-lo por recusa formal ou motivo que seja considerado como justificativa bastante ao ato, sempre respeitadas as pautas de habilitação e capacidade técnica, e independência (Fundamentação Capítulo XIII.2).

XVIII.1.4.3. Subsidiariamente (Fundamentação XI.7.1.), determine à Odebrecht S.A a contratação, em 30 (trinta) dias, de auditoria externa que tenha como escopo avaliar a governança corporativa, a cultura e as normas de gestão do risco ambiental, associado às práticas adotadas pela Braskem S.A., determinando correção de comportamento e valores que se ajustem às necessidades do desenvolvimento sustentável e previnam a repetição de novos desastres ambientais, observadas as seguintes diretrizes: a) a contratação deverá recair sobre uma das quatro grandes empresas mundiais de auditoria (Deloitte, Ernst & Young - EY; KPMG e PricewaterhouseCoopers - PwC), não podendo coincidir com aquela já contratada para fins de auditoria ambiental, contábil e financeira, de forma a prevenir conflito de interesses; b) a empresa contratada deverá emitir relatórios periódicos circunstanciados que descrevam o quanto apurado, as determinações feitas às empresas, e atestem a conformidade da governança corporativa, das normas, políticas internas e práticas àquelas determinações; c) todos os relatórios emitidos deverão ser encaminhados à União, ao Estado Alagoas e ao Ministério Público Federal; d) toda documentação interna pertinente ao exame e fiscalização do diagnóstico feito pela auditoria e do cumprimento das determinações deverá ser encaminhada aos órgãos públicos competentes, inclusive ao Ministério Público Federal, sem oposição de sigilo ou estratégia negociais; e) a auditoria e procedimento de controle devem perdurar, pelo menos, por 10 (dez) anos; f) a contratação de outra empresa, fora do universo das quatro acima mencionadas, deve ser precedida de autorização judicial e de manifestação ministerial, demonstrada cabalmente a impossibilidade de fazê-lo por recusa formal ou motivo que seja considerado como justificativa bastante ao ato, sempre respeitadas as pautas de habilitação e capacidade técnica, e independência (Fundamentação Capítulo XIII.2).

XVIII.1.5 - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA E CONTRATAÇÃO DE EQUIPE PERICIAL INDEPENDENTE

I. Decrete a inversão do ônus da prova, desde já organizando o processo (art. 357, III do NCPC) e definindo que competirá aos réus comprovarem, dentre outros pontos considerados relevantes ao longo da instrução processual: a) que não contribuíram para a ocorrência dos danos socioambientais ora imputados; b) que não houve nexo de causalidade entre a atividade minerária e os danos dela decorrentes; e c) a exata extensão socioambiental dos danos provocados pela atividade de mineração no âmbito da cidade Maceió/Alagoas, com sua consequente valoração econômica (Fundamentação Capítulo XVI e XIII).

II. Determine que a Braskem S.A. e, subsidiariamente (Fundamentação XI.7.1.), a Petrobras e a Odebrecht S.A., identifiquem no mercado, contratem e custeiem corpo pericial multidisciplinar, que tenha independência em relação aos réus, conhecimento técnico e sensibilidade social adequados, cuja escolha e contratação sejam aprovadas previamente por esse Juízo, ouvido o Ministério Público Federal, para que, no prazo de 90 dias: a) elabore laudo, garantida a participação efetiva dos atingidos, que demonstre a totalidade do impacto socioambiental (incluindo o meio ambiente natural, cultural, histórico e artificial), ocorrido em decorrência da atividade de mineração em Maceió/Alagoas; b) elabore laudo, garantida a participação efetiva dos

atingidos, no qual conste completa valoração dos danos socioambientais, levando-se em consideração ao menos os parâmetros mencionados no Capítulo XII ("Valoração prima facie dos danos"). (Fundamentação Capítulo XVI, XIII e XII)

XVIII.1.6 - ELABORAÇÃO, APROVAÇÃO, GESTÃO E EXECUÇÃO DOS PLANOS SOCIOAMBIENTAIS

*I. Determine que a Braskem S.A. **apresente plano de recuperação, mitigação e compensação socioambiental (PLANO SOCIOAMBIENTAL)** da totalidade do impacto ambiental (incluindo o meio ambiente natural, cultural, histórico e artificial) constatado em decorrência da atividade de mineração da empresa Braskem S.A., no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contendo objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a recuperação e compensação; programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos de recuperação e compensação; e ações emergenciais; (Fundamentação Capítulo XIII).*

II. Determine que os PLANOS SOCIOAMBIENTAIS a serem apresentados obedeçam aos seguintes parâmetros: a) contenham, no mínimo, todas as medidas emergenciais de natureza socioambientais, sem prejuízo daquelas previstas em eventuais acordos celebrados entre as empresas rés e os entes públicos ou em outros acordos judiciais ou extrajudiciais, que não sejam com aquelas incompatíveis; b) seja a elaboração acompanhada pelos entes públicos, por meio de seus órgãos e entidades competentes, para exame de adequação dos planos, programas e projetos, devendo dar prioridade na tramitação dos processos de licenciamento relacionados à reparação; c) seja a elaboração e aprovação pelos entes públicos submetidas ao controle de auditoria ambiental que avalie a adequação das soluções ambientais apresentadas, sob o prisma da melhor técnica e de efetividade, determinando ajustes de forma e mérito; (Fundamentação Capítulo XIII).

*III. Determine que a Braskem S.A. contrate, no prazo de 30 (trinta) dias, serviço de **auditoria ambiental**, dentre as 4 (quatro) principais empresas de auditoria mundiais (Deloitte, Ernst & Young - EY; KPMG e PricewaterhouseCoopers - PwC), não podendo recair sobre aquela contratada para os fins do pedido mencionado no item XVIII.1.4, para que sejam auditados, quanto à sua melhor técnica, eficiência, eficácia e efetividade, a elaboração e a execução dos planos, projetos e programas de reparação ou compensação de natureza socioambiental, bem como para promover a auditoria financeira e contábil dos dispêndios realizados para esse fim (Fundamentação Capítulo XIII).*

IV. Determine que os entes públicos acompanhem a elaboração dos PLANOS SOCIOAMBIENTAIS e, uma vez concluídos, apreciem os laudos, estudos e planos referidos nos pedidos anteriores no prazo máximo de 30 (trinta) dias, aprovando-os ou indicando as alterações necessárias e motivos de reprovação, hipótese em que as empresas rés deverão realizá-las solidariamente e, se não o fizerem a contento, deverá a obrigação recair subsidiariamente ao Poder Público (garantido o direito de regresso quanto aos custos que o Poder Público venha a arcar com a assunção das obrigações), ouvida a CPRM, no que lhe couber; (Fundamentação Capítulo XIII).

V. Determine aos entes públicos que confirmam prioridade e a devida celeridade aos exames e conclusão dos processos de autorização e licenciamento ambiental relacionados diretamente às medidas de reparação do dano causado (Fundamentação Capítulo XIII).

VIII. Determine às empresas réas e aos entes públicos que iniciem e implementem, com a maior celeridade que a técnica permita, as ações necessárias para o restabelecimento do equilíbrio ambiental, restauração do meio ambiente afetado pela atividade de mineração da Braskem S.A., por meio dos programas, projetos e ações contemplados no plano de recuperação ambiental da totalidade do impacto ambiental (incluindo o meio ambiente natural, histórico e artificial); (Fundamentação Capítulo XIII).

XVIII.1.7 - MEDIDAS EMERGENCIAIS SOCIOAMBIENTAIS

XVIII.1.7.A. Mitigação dos efeitos da Subsidência e dos efeitos que lhe são correlatos

I. Determine à ré Braskem S.A., no prazo de 30 (trinta) dias, a contratação de empresa (nacional ou internacional) e/ou o chamamento de profissionais/empresas, ainda que internacionais, para estudar, avaliar e apontar possíveis soluções, através de equipe multidisciplinar, para o fenômeno de subsidência que atinge a cidade de Maceió/AL (Fundamentação Capítulo XV.1).

I.1. Os estudos devem também abarcar as possíveis alternativas para a mitigação dos efeitos dos fenômenos que são correlatos à subsidência. Sendo assim, devem ser estudados, identificados e apontados métodos eficazes para atenuar os fenômenos de cisalhamento, deformação, alagamento e dolinamento que estão ocorrendo na cidade de Maceió/AL.

I.2. Nos estudos devem, também, ser avaliados, identificados e apontados possíveis obras de saneamento, macrodrenagem e microdrenagem para controle e diminuição da infiltração de água no solo.

I. 3. A partir da contratação, o cronograma dos trabalhos a serem desenvolvidos deverá ser juntado em Juízo, no máximo, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo neste constar a apresentação mensal de relatórios das atividades desenvolvidas e a conclusão do trabalho no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

II. Determine aos réus União, Estado de Alagoas, Agência Nacional de Mineração - ANM e Instituto do Meio Ambiente - IMA, solidariamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a constituição de grupo de trabalho, através de equipe multidisciplinar, inclusive com possibilidade de chamamento de órgãos, empresas e profissionais internacionais, para estudar, avaliar e apontar possíveis soluções para o fenômeno de subsidência que atinge a cidade de Maceió/AL (Fundamentação Capítulo XV.1).

II.1. Os estudos devem também abarcar as possíveis alternativas para a mitigação dos efeitos dos fenômenos que são correlatos à subsidência. Sendo assim, devem ser estudados, identificados e apontados métodos eficazes para atenuar os fenômenos de cisalhamento, deformação, alagamento e

dolinamento que estão ocorrendo na cidade de Maceió/AL.

II.2. Nos estudos devem, também, ser avaliados, identificados e apontados possíveis obras de saneamento, macrodrenagem e microdrenagem para controle e diminuição da infiltração de água no solo.

II. 3. A partir da constituição do grupo de trabalho, o cronograma dos trabalhos a serem desenvolvidos deverá ser juntado em Juízo, no máximo, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo neste constar a apresentação mensal de relatórios das atividades desenvolvidas e a conclusão do trabalho no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

XVIII.1.7.B. Monitoramento da subsidência e nos fenômenos que lhe são correlacionados (Fundamentação Capítulo XV.1)

I. Determine à Braskem S.A., no prazo de 60 (sessenta) dias, que custeie a implementação do monitoramento efetivo da rede sismológica de toda a região, incluída a manutenção da conexão com a rede mundial de computadores, utilizar, no mínimo, os seguintes parâmetros: (i) utilizar outros métodos de localização dos hipocentros; (ii) obter parâmetros de modelos de velocidades provenientes do recente levantamento sísmico realizado no bairro do Pinheiro; (iii) ampliar a rede sismográfica e torná-la caráter permanente, com instalação de sensores em subsuperfície para minimizar o ruído ambiental registrado e melhorar a localização dos eventos; (iv) melhorar a caracterização da duração e origem da fonte sísmica;

II. Determine à Braskem S.A., no prazo de 60 (sessenta) dias, a aquisição e a instalação de novos equipamentos específicos e necessários para a garantia do monitoramento da região afetada em Maceió/AL, em conformidade com a gravidade do caso, entre eles inclinômetros, acelerômetros e geofones;

III. Determine à Braskem S.A., no prazo de 30 (trinta) dias, a contratação do levantamento aerogravimétrico - estudo da lagoa mundaú, em método científico que preserve o ecossistema e que apto a confirmar a subsidência em seu fundo, bem como a eventual existência de rachaduras, trincas ou fissuras;

III.1. A partir da contratação, o cronograma dos trabalhos a serem desenvolvidos deverá ser juntado em Juízo, no máximo no prazo de 30 (trinta) dias, devendo neste constar a apresentação em Juízo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de relatórios das atividades desenvolvidas após a sua conclusão;

IV. Determine à Braskem S.A., no prazo de 30 (trinta) dias, a contratação dos dados de interferometria 2020 e a partir do processamento dos dados, a disponibilização, no prazo de 15 (quinze) dias, aos órgãos responsáveis pela atividade de monitoramento, de forma a possibilitar o acompanhamento contínuo e atualizado do fenômeno de subsidência;

V. Determine à Braskem S.A., no prazo de 15 (quinze) dias, a disponibilização dos dados de interferometria já contratados pela empresa (2011 a 2019) aos órgãos responsáveis pela atividade de monitoramento, de forma a possibilitar o acompanhamento contínuo e atualizado do fenômeno de subsidência;

*XVIII.1.7.C. Monitoramento das estruturas de operação da Braskem S.A..
(Fundamentação Capítulo XV.1)*

I. Determine à Braskem S.A. a realização de campanhas anuais de sonares de todas as minas localizadas na região afetada, por no mínimo 10 (dez) anos, ao menos que em momento anterior a findar este prazo seja conhecida e integralmente implementada solução apta a equacionar a subsidência e estes métodos não mais necessitem ser utilizados, a partir de ateste de empresa capaz tecnicamente;

II. Determine à Braskem S.A. a realização de campanha de topografia, por empresa com expertise na atividade, considerando os marcos já estabelecidos, visando acompanhar o processo de subsidência no entorno das suas minas, por no mínimo 10 (dez) anos, ao menos que em momento anterior a findar este prazo seja conhecida e integralmente implementada solução apta a equacionar a subsidência e estes métodos não mais necessitem ser utilizados, a partir de ateste de empresa capaz tecnicamente;

III. Determine à Braskem S.A., no prazo de 90 (noventa) dias, a realização de estudo geomecânico, considerando a região de todas suas minas e devendo observar todas as normas, em especial no que toca à tradução, a habilitação e registros profissionais necessários à execução, bem como devidamente subscritos.

IV. Determine à Braskem S.A., no prazo de 90 (noventa) dias, a realização de laudo de estruturas de superfície, considerando a região de todos os poços de sal e devendo observar todas as normas, em especial no que toca à tradução, a habilitação e registro profissionais necessários à execução, bem como devidamente subscritos.

IV. 1 . O novo estudo, além de contemplar todos os poços de sal, há de: corresponder a uma área representativa da região de concessão da lavra, apresentando justificativa técnica da distância e/ou raio adotado; registrar quais as edificações foram inspecionadas, devidamente acompanhadas dos endereços completos; registrar a origem das patologias observadas, seguidas das justificativas e comprovações.

V. Determine à Braskem S.A., no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a adoção das providências necessárias à manutenção adequada das estruturas das cabeças de minas, bem como do seu entorno.

VI. Determine à Braskem S.A., no prazo de 90 (noventa) dias, a realização de poço vertical profundo, estratigráfico, por sondagem rotativa com recuperação de testemunhos e com perfil sônico em sua área da concessão de lavra;

VII. Determine à Braskem S.A., no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a realização e a manutenção de uma rotina de monitoramento efetivo dos poços de exploração de água, visando garantir a segurança hídrica;

VIII. Determine à Braskem S.A. que cientifique a Agência Nacional de Mineração - ANM e o Estado de Alagoas (no que toca ao pedido descrito no VII do subitem XVIII.1.7.C), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a

conclusão de cada uma das medidas acima elencadas, remetendo-lhes as conclusões das atividades;

IX. Determine à Agência Nacional de Mineração - ANM que acompanhe e analise os resultados das medidas anteriormente elencadas, salvo no que pertine ao pedido descrito no VII do subitem XVIII.1.7.C, devendo sobre elas manifestar-se;

X. Determine ao Estado de Alagoas que acompanhe e analise a medida elencada no VII do subitem XVIII.1.7.C, devendo sobre ela manifestar-se;

XVIII.1.7.D. Medida de melhoria da comunicação voltada à gestão do desastre (Fundamentação Capítulo XV.1)

I. Determine aos réus, solidariamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a formulação e implementação de plano de comunicação voltado à gestão do desastre em curso."

12. A petição inicial veio acompanhada de mais de 12 Gb (doze gigabytes) de arquivos, incluindo cópia dos Inquéritos Civis Públicos instaurados perante o Órgão Ministerial, pareceres técnicos e diversos outros documentos.

13. A ação foi livremente distribuída para o Juízo da 1ª Vara Federal de Alagoas (id. 4058000.5081191).

14. Em seguida, a Braskem S. A. atravessou petição, requerendo a remessa dos autos ao Juízo da 4ª Vara Federal de Alagoas, por conexão da demanda com a ação civil pública autuada sob o nº 0803662-52.2019.4.05.8000, e requerendo também a concessão de prazo de 10 (dez) dias para manifestação prévia sobre os pedidos liminares (id. 4058000.5094343).

15. O Juízo da 1ª Vara Federal indeferiu o requerimento de reunião dos processos, pois o feito em tramitação na 4ª Vara Federal já estava sentenciado, no entanto, deferiu prazo de 10 (dez) dias para manifestação da empresa sobre o pedido de liminar, conforme requerido (id. 4058000.5104353).

16. A Braskem S. A. peticionou novamente nos autos, requerendo a juntada de decisão da Presidência do STJ que, em outro processo, suspendeu os efeitos de decisão que havia deferido o bloqueio de ativos financeiros da empresa (id. 4058000.5094001).

17. Em seguida, a Braskem S. A. atravessou terceira petição, embargando de declaração o despacho que havia indeferido a reunião dos processos, alegando conexão da ação com a ação civil pública nº 0803836-61.2019.4.05.8000 e a ação declaratória nº 8086031-19.2019.4.05.8000, em tramitação perante o Juízo da 3ª Vara Federal de Alagoas (id. 4058000.5163306).

18. O Juízo da 1ª Vara Federal de Alagoas acolheu os embargos de declaração para reconhecer a existência de conexão da ação com processos em tramitação perante o Juízo da 3ª Vara Federal, e determinou a redistribuição do feito (id. 4058000.5163306).

19. Recebidos os autos no Juízo da 3ª Vara Federal, foi proferido despacho concedendo prazo de 10 (dez) dias para os demais réus se manifestarem sobre o pedido de tutela de urgência formulado na inicial (id. 4058000.5175555).

20. A **Braskem S. A.** se pronunciou nos autos aduzindo, de início, que o relatório preliminar da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é prova imprestável, por não ter sido produzida sob o crivo do contraditório e por conter vícios e inconsistências. Alegou que jurisprudência do STJ é contrária à concessão de medidas de bloqueio de quantias vultosas da empresa, que é necessário apurar o nexo de causalidade, sobretudo antes de se adotar medidas como as requeridas, capazes de destruir a companhia; no particular, a empresa critica a pretensão do Ministério Público por ser desprovida de qualquer razão ou proporção, *in verbis*:

(...) O Ministério Público Federal requer a concessão de um extenso rol de medidas urgentes descabidas, muitas delas impossíveis, outras já plenamente atendidas ou em atendimento pela BRASKEM em outros foros, contendo abusivos pedidos de depósitos multibilionários, indisponibilidades de bens, oferecimento de garantias astronômicas e exorbitantes e suspensões de financiamentos governamentais. Tudo isso sem uma explanação, minimamente bastante a justificar a seriedade dos requerimentos, do modo como se alcançaram essas estonteantes somas. Mas não é só isso. Para piorar, o autor, liminarmente e sem a definição das causas dos problemas, pleiteia por contratações de auditorias externas para todos os fins possíveis e imagináveis, elaboração de infundáveis planos de recuperação socioambientais, implementação de sistemas de monitoramento de toda a sorte, planos de comunicação, e imposições de multas exorbitantes e injurídica inversão de ônus da prova.

21. Na eventualidade de ser acolhida sua responsabilização, a empresa insurgiu-se contra as soluções apresentadas pelo MPF, por ausência de demonstração técnica quanto à sua viabilidade e adequação ao caso. Defendeu que, nesse tipo de atividade, em regra as cavernas não são preenchidas, mas mantidas tamponadas e pressurizadas e que, mesmo quando se utiliza a técnica de preenchimento, esse não é feito com cimento, pois as cavidades estão preenchidas de líquido (salmoura).

22. Sustentou, também, que os cálculos estimativos dos danos do MPF são manifestamente equivocados e destituídos de fundamento, que a medida de constituição de um fundo privado de R\$ 3 bilhões não tem finalidade, comparando os pedidos a uma tentativa do autor de ressuscitar as ordálias, afirmou que a pretensão de indisponibilidade é absurda e que os requerimentos revelam falta de seriedade do autor da ação. Quanto aos pedidos referentes a incentivos e financiamentos governamentais, alegou que a medida não tem natureza cautelar nem antecipatória, mas punitiva, que o resultado seria o contrário do pretendido e nenhuma empresa no mundo suportaria os danos irreversíveis que o acolhimento dos pleitos ministeriais poderia causar.

23. Prosseguiu discorrendo sobre cada requerimento formulado na inicial para afirmar que a empresa é solvente, com posição financeira sólida e segura, com risco inferior ao risco soberano do Brasil, possuindo também alto desempenho operacional, pelo que não existe fundado risco de inadimplemento da obrigação de reparar, caso seja comprovada sua responsabilidade. Apontou que as medidas possuem risco de irreversibilidade, pois são capazes de levar qualquer empresa à falência, que a Braskem tem conduta eticamente primorosa, desempenho sustentável reconhecido, que a elaboração de plano de recuperação socioambiental seria prematura e que o autor não possui interesse de agir em relação a obrigações previamente cumpridas. Impugnou o pedido de inversão do ônus da prova, alegou que a desconsideração de

personalidade jurídica pretendida é impossível e que o pedido de imposição de multa é abusivo, pugnando, ao final, pelo indeferimento de todos os pedidos liminares (id. 4058000.5192300).

24. O **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES** se manifestou nos autos acerca do pedido formulado pelo MPF, para que lhe fosse determinado o condicionamento de aprovação de futuros e manutenção dos financiamentos já existentes à Braskem a prévia reparação integral do meio ambiente, mediante: (i) decretação de vencimento antecipado de todas as operações de crédito e financiamento em curso; (ii) suspensão de eventuais desembolsos ainda por realizar decorrente de operações em curso; (iii) vedação de contratação de novas operações de crédito e financiamento; e (iv) suspensão do recebimento de benefício creditício.

25. O BNDES arguiu preliminar de ilegitimidade passiva, alegando que suas atribuições legais não incluem a análise de empreendimentos e emissão de licenças ambientais, não lhe cabendo contestar a validade de atos administrativos emanados de órgãos competentes e dotados dos requisitos de validade. Afirmou que não apoia e nunca apoiou o empreendimento sob questionamento, sendo totalmente estranho à causa de pedir da lide, tanto assim que a única menção feita ao banco na inicial consta na seção dos pedidos.

26. Esclareceu ter celebrado com a Braskem onze contratos, quais sejam os de nºs 11543046, 11543075, 12543036, 12543051, 13543032, 13543035, 14543018, 14543019, 15543019, 15543020 e 18207501, nenhum deles tendo por objeto o financiamento do BNDES à Braskem para a exploração das minas de extração de sal-gema em Maceió/AL. Informou que dos onze contratos, oito encontram-se na situação "liquidada", e os três restantes encontram-se na situação "ativa utilizada", o que significa dizer que estão com suas finalidades contratuais cumpridas e em fase de amortização, cujos prazos encerram-se em 11.2019 e 01.2021, respectivamente, não possuindo mais saldo de recursos a liberar.

27. Relatou, por fim, a existência do contrato de repasse nº 18207501 celebrado com o Banco Safra, formalizado pela Cédula de Crédito Bancário nº 62.158.411-8, emitida pela Braskem em 26.12.2018 em favor daquele, que se encontra na situação "ativa", com saldo ainda a liberar, prazo de utilização inicialmente vigente até 12.2020 e prazo de amortização previsto para findar em 01.2031, instrumento contratual firmado na modalidade indireta não automática. Disse que, nessa modalidade, o risco é assumido pelo agente financeiro responsável, sendo que referido contrato tem como objetivo investimentos para a modernização das unidades fabris localizadas em Camaçari/BA, Triunfo/RS, Mauá/SP, Duque de Caxias/RJ e Maceió/AL, esta última voltada à melhoria da eficiência operacional na planta de produção de cloro e de soda ("unidade Cloro-Soda"), que produz cloro, hidróxido de sódio (também denominado "soda"), ácido clorídrico e hipoclorito de sódio.

28. Discorreu também sobre o acompanhamento da execução dos contratos com a Braskem S. A. e se pronunciou sobre a ausência dos requisitos legais para concessão da medida liminar, pugnando ao final pelo acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva, com extinção do feito sem resolução do mérito, e pelo total indeferimento da tutela de urgência em face do BNDES (id. 4058000.5216691).

29. A **Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobrás** se pronunciou nos autos arguindo preliminar de ilegitimidade passiva para a causa, dada sua condição de acionista

minoritária da Braskem, sem poder de coordenar o direcionamento e a condução das atividades econômicas da empresa. No tocante à desconsideração da personalidade jurídica, apontou que o MPF deixou de observar os pressupostos legais exigidos para a concessão da medida, pois não demonstrou abuso do direito, afronta à lei, desvio de finalidade, confusão patrimonial ou fraude no uso da pessoa jurídica para justificar seu pedido. Aduziu que, mesmo em se admitindo que a legislação ambiental teria abraçado a teoria menor da desconsideração, o MPF não se desincumbiu de demonstrar a insolvência da Braskem, limitando-se a lançar cifras a partir de critérios não relacionados estritamente aos supostos danos e sem lastro em metodologia de valoração de danos ambientais, em desacordo com o Art. 944 do Código Civil. Acrescentou, ainda, que a Braskem é sociedade anônima de capital aberto, espécie de sociedade em que a contribuição material é mais importante que as características subjetivas dos múltiplos sócios, e que tem como elemento social a limitação da responsabilidade do acionista ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, sendo certo que as hipóteses em que os acionistas respondem pelas perdas e danos com seu patrimônio são restritas aos atos praticados com abuso de poder de controle pelo controlador, nos termos dos Arts. 116, parágrafo único, e 117 da Lei das Sociedades Anônimas.

30. Quanto ao mérito do pedido de liminar, alegou que a narrativa da inicial é incoerente e desarrazoada em sua tentativa de justificar a necessidade de desconsideração da personalidade jurídica. Defendeu a impossibilidade jurídica do pedido de depósito de valores bilionários em fundo privado, destacando que o MPF não aponta projetos e medidas emergenciais em que estes recursos seriam utilizados. Arguiu que a estimativa de custos do autor é insustentável, dentre outros motivos porque não tomam por base o dano, mas sim os lucros e as receitas auferidas pela Braskem, o que não se coaduna com as regras da responsabilidade civil do Direito brasileiro. Impugnou todos os demais pleitos ministeriais, nomeadamente a contratação de empresa de auditoria, a inversão do ônus da prova, a contratação de corpo pericial multidisciplinar e a implementação de plano de comunicação.

31. Arrematou requerendo o indeferimento da inicial, com a extinção do feito sem julgamento do mérito em relação à Petrobrás, o indeferimento na íntegra do pedido de tutela de urgência, o indeferimento da inversão do ônus da prova ou, subsidiariamente, que este seja limitado à Braskem. Ao final, requereu que o juízo esclarecesse se o prazo concedido seria para contestação ou apenas para manifestação sobre o pedido de medida liminar (id. 4058000.5237326).

32. Atendendo à provocação da Petrobrás, o Juízo proferiu despacho esclarecendo que o prazo concedido aos réus para análise do pedido liminar, e que a citação seria oportunizada posteriormente (id. 4058000.5241258).

33. Em seu pronunciamento, a **União Federal** afirmou a culpa da Braskem S. A., porém, defendeu que sua inclusão no polo passivo não faz sentido, pois não tem competência sequer para fiscalizar a atividade da empresa, conforme se infere do Art. 2º, da Lei nº 13.575/2017, sendo que, mesmo a concessão do licenciamento ambiental é de competência do órgão ambiental estadual, no caso o IMA/AL, conforme decidido no julgamento da Ação Civil Pública nº 0803364-36.2014.4.05.8000, com trânsito em julgado em 18 de abril de 2016, motivo pelo qual não poderia ser responsabilizada por eventual omissão na fiscalização. Alegou que não concorreu ou concorre com qualquer causação do suposto dano ambiental, ou até mesmo para as ilegalidades apontadas, caso efetivamente comprovadas em juízo. Arguiu ainda a falta de interesse de agir

quanto aos pedidos de formação de grupo de trabalho, através de equipe multidisciplinar, e de criação e implementação de plano de comunicação, afirmando que tais providências há muito tempo foram adotadas pelos poderes públicos.

34. No mérito do pedido liminar, a União reiterou que a Braskem S. A. é responsável pelo afundamento dos bairros de Bebedouro, Mutange e outros que se deslocam em direção à lagoa Mundaú, assim como pelas rachaduras, fissuras, trincas, buracos e toda sorte de prejuízos verificados nos imóveis particulares, nas vias de circulação e nas áreas públicas do Bairro do Pinheiro (fenômeno da subsidência). Alegou que o saneamento básico deficiente/inexistente desses bairros e os eventos naturais (chuvas ou falhas geológicas), em si mesmos, não podem ser considerados como causas do fenômeno da subsidência cujo resultado que se espera, no pior dos cenários, são os *sinkholes* ou dolinas, como bem demonstrado pelo MPF na inicial. Além disso, apontou que, na cidade de Maceió, há outros bairros (como por exemplo, o Tabuleiro e o Benedito Bentes), que sofrem com a deficiência/inexistência de saneamento básico e também se encontram expostos aos mesmos fatores geológicos (falhas) e climáticos (fortes chuvas) que são sentidos nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro e, no entanto, não apresentam o fenômeno da subsidência como verificado nessas áreas de risco (Bebedouro, Mutange e Pinheiro).

35. No mais, sustentou que o controle exercido sobre as atividades de mineração em âmbito nacional não pretende elevar os entes públicos a seguradores universais de todas as consequências que o exercício incorreto da atividade pode vir a causar, que a empresa Braskem, gigante mundial no setor, com lucros bilionários, deve suportar a reparação econômica, mesmo porque a empresa tem capacidade para tanto, sendo descabida a pretensão de transferir esse prejuízo ao povo brasileiro e alagoano. Aduziu que, ao contrário do que pretende o *Parquet*, não cabe responsabilizar a União por ter concedido a lavra, tendo em vista que a atividade de mineração é caracterizada pela legislação de regência como atividade de interesse nacional e de utilidade pública - art. 2º, do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018 -, e, portanto, deve ser fomentada e exercida sempre que possível e compatível com o interesse público, assim, o acesso aos bens minerais é livre aos particulares caso esses preencham os requisitos legais.

36. A União concluiu sua manifestação reiterando as preliminares de ilegitimidade passiva e ausência de interesse processual. Requereu que a Braskem fosse intimada a exhibir todo e qualquer documento que se encontra ou não em seu poder a respeito de todos os poços/cavernas/tubulações por ela construídos/instalados no Estado de Alagoas. Requereu, com base no art. 91, § 1º, CPC, o acolhimento o relatório da CPRM, por ser a prova mais fidedigna e detentora de fé-pública (art. 405, do CPC), afirmando que a atividade da Braskem de extração de sal-gema é a causadora do fenômeno da subsidência nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, o que acarretou enormes prejuízos materiais, morais e sociais às populações afetadas, além dos danos ambientais. Requereu também a oitiva de especialistas, antes de ser proferida a decisão liminar (id. 4058000.5246263).

37. O Estado de Alagoas e o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas - IMA/AL vieram aos autos, em petição conjunta. Destacaram que, imediatamente após a divulgação do Relatório Síntese dos Resultados nº 1 da CPRM, o IMA/AL realizou fiscalizações que culminaram na lavratura de dois autos de infração, em decorrência de infrações gravíssimas, cuja constatação tornou-se possível a partir dos trabalhos da CPRM, pois, até então, não havia provas de qualquer evento de subsidência ou instabilidade que pudesse gerar impactos significativos no solo das regiões mineradas,

bem como em seu entorno. Sustentaram que o Estado de Alagoas e o IMA/AL, assim como toda a sociedade alagoana, são vítimas da atuação da empresa, motivo pelo qual consideram totalmente descabida sua inclusão como réus na ação.

38. Aduziram que não descumpriram qualquer dever legal, porquanto foram realizados licenciamentos ambientais e fiscalizações em conformidade com os parâmetros que poderiam ter sido exigidos da Administração, além do que a própria documentação que instrui a exordial indica não haver evidência de dano ambiental decorrente da exploração dos recursos hídricos outorgados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Alagoas - SEMARH. Enfatizaram que o relatório da CPRM, cujo valor probatório questionam, não imputa responsabilidade aos entes públicos estaduais, e que não se poderia aplicar a legislação ambiental alegada na inicial como fundamento para a pretensão ministerial, pois o início das operações da Braskem ocorreu em 1976, antes, portanto, da edição dos diplomas normativos indicados.

39. Sustentaram não terem incorrido em omissão, pois a competência para fiscalizar a atividade mineradora incumbe ao Governo Federal, cabendo à Administração estadual apenas o licenciamento ambiental, que não envolve averiguar como vinha sendo realizada a atividade, especialmente no caso dos autos em que a mineração era subterrânea. Aduziram que foram apresentados inúmeros documentos pela Braskem atestando a integridade das cavidades a partir de exames com sonar e indicando inexistir evidência técnica de subsidência na região das minas, não sendo concebível exigir do IMA/AL que contratasse equipamentos de custo elevadíssimo (sonares) para monitorar as cavidades, à míngua de previsão legal que lhe atribuisse o dever de fiscalizar a atividade minerária.

40. Ao final, afirmaram que os requisitos para concessão da tutela de urgência não foram preenchidos. Requereram que, caso se entenda pelo acolhimento dos pedidos, seja observado o benefício de ordem indicado na inicial, impondo-se apenas subsidiariamente as obrigações relacionadas à adoção de medidas destinadas à restauração do meio ambiente. Quanto à fixação de prazos para cumprimento de obrigações de fazer, destacaram a necessidade de ressaltar os exíguos prazos assinalados na inicial. Requereram, ao final, dilação do prazo para apresentarem contestação (id. 4058000.5245831).

41. A **Agência Nacional de Mineração (ANM)** manifestou-se nos autos afirmando que o monitoramento das estruturas de operação da Braskem é também objeto da Ação Civil Pública nº 0803662-52.2019.4.05.8000, ajuizada pelo MPF contra a Braskem, o IMA e a ANM. Alegou que sempre realizou vistorias de rotina na área onerada pela concessão de lavras, exigindo dados e informações e determinando diligências à empresa Braskem, e que a intensificação das fiscalizações após a instabilidade atingir o bairro Pinheiro e áreas circunvizinhas não pode militar contra si, como se tivesse permanecido omissa. Defendeu que a fiscalização é exercida nos termos do ordenamento jurídico e com base nos meios e recursos disponíveis e, considerando que tem controlado tanto as operações quanto as estruturas da Braskem ao longo dos anos, o MPF não tem interesse de agir quanto ao pedido de monitoramento.

42. Arguiu que a pretensão de impor à autarquia o acompanhamento de planos socioambientais voltados ao restabelecimento do equilíbrio ambiental e restauração do meio ambiente afetado pela atividade de mineração implica lhe atribuir providências estranhas à sua competência legal, pelo que entende não possuir legitimidade para dar

cumprimento às medidas de cunho ambiental pleiteadas. Alegou que não lhe cabe se imiscuir no procedimento adotado pelo órgão ambiental competente para concessão de licenciamento, sendo descabida a pretensão de responsabilizar a ANM pela falta de exigência de EIA/RIMA, sendo certo ainda que o processo mineral foi regular e formalmente instruído com os documentos impostos na legislação mineral.

43. Concluiu pugnando pelo não conhecimento do pleito liminar, pela falta de legitimidade passiva e de interesse de agir, e, no mérito, pelo seu indeferimento. Requereu também a oitiva de representante e técnicos da ANM, em audiência a ser designada antes da decisão liminar, como requerido pela União, mercê da complexidade do caso (id. 4058000.5247850).

44. A **Odebrecht S. A. - em recuperação judicial (ODB)** se pronunciou nos autos alegando que os pedidos liminares devem ser indeferidos pois ausentes os requisitos legais, porque não se pode condenar antes de apurar a responsabilidade, sendo indevida a pretensão do MPF de se valer de atalhos para tanto, buscando uma solução simples para um problema extremamente complexo. Alegou que a Braskem não terá ativos vendidos na recuperação judicial da Odebrecht, pois, nos termos da Lei nº 11.101/2005, são passíveis de venda apenas os ativos da própria recuperanda.

45. A Odebrecht impugnou o pleito de desconsideração da personalidade jurídica, ancorado no Art. 4º da Lei Federal nº 9.605/98, aduzindo não existirem elementos que demonstrem a insolvência. Destacou que está em processo de recuperação judicial não sendo factível que praticasse atos de dilapidação patrimonial para se escusar de futura e eventual sentença condenatória, enfatizando, ademais, não possuir legitimidade passiva para responder a esta ação. Discorreu individualmente sobre o mérito dos pedidos liminares e concluiu requerendo seu indeferimento, além da extinção do processo, sem resolução do mérito (id. 4058000.5259215).

46. Na sequência, o Ministério Público Federal protocolou petição informando ter participado de reuniões com o Grupo de Trabalho da CPRM e com o Coordenador Geral de Gerenciamento de Desastre da Secretaria Nacional de Defesa Civil, e requerendo a " *inclusão, entre as medidas emergenciais, da perfilagem geofísica em todas as perfurações realizadas pela empresa, seja dos poços para exploração de sal-gema, seja dos poços para exploração de água*", bem como que fosse determinada "a realização pela Braskem S/A, no prazo de 90 (noventa) dias, a perfilagem geofísica em todas as perfurações realizadas pela empresa, seja dos poços para exploração de sal-gema, seja dos poços para exploração de água" (id. 4058000.5268828).

47. O Juízo concedeu prazo de 15 (quinze) dias para o Ministério Público Federal se pronunciar sobre as manifestações dos demandados (id. 4058000.5293869). As respostas vieram aos autos quanto à petição da Braskem S. A. (id. 4058000.5394153), Odebrecht S. A. (id. 4058000.5394235), BNDES (id. 4058000.5394261), União (id. 4058000.5394297), ANM (id. 4058000.5394309), Estado de Alagoas e IMA/AL (id. 4058000.5404404). Ato contínuo, a Petrobrás peticionou nos autos requerendo que fossem desentranhadas as manifestações do MPF, por serem intempestivas, pois que apresentadas somente nos dias 8/11/2019 e 11/11/2019, sendo que o prazo teria terminado em 16/10/2019 (id. 4058000.5416612).

48. Em seguida, a Braskem S. A. peticionou nos autos alegando ter buscado a consultoria de especialistas no Brasil e no exterior. Informou ter apresentado programas de fechamento dos poços para a ANM e realizado audiências com a

Prefeitura Municipal, a Defesa Civil, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho. Comunicou que o Instituto de Geomecânica de Leipzig/Alemanha - IFG emitiu relatório em que propôs medidas adicionais de segurança, a partir de estudo segundo o qual, dos 35 (trinta e cinco) poços de extração de sal-gema, 11 (onze) não se encontram inteiramente no interior da camada de sal. Disse que adicionalmente, a empresa decidiu, por precaução, acrescentar mais 4 (quatro poços à lista inicial de 11 (onze), no total de 15 (quinze) poços em que adotará providências de segurança, destacando, no entanto, que isso se daria independentemente da investigação das causas do fenômeno geológico. Segundo explicitou, seriam três as providências adotadas para mitigar riscos: (i) a implementação de uma área de resguardo no entorno de 15 (quinze) poços; (ii) a implantação de medidas adicionais de monitoramento; e (iii) a adoção de medidas para estabilização de 4 (quatro) poços. Esclareceu que, dentre as medidas a serem adotadas, elenca-se a implantação de uma zona de resguardo, com acesso restrito e monitorado, de algumas áreas no entorno dos poços M#3, M#4, M#5, M#6, M#7, M#8, M#11, M#14, M#15, M#17, M#19, M#21, M#25, M#29 e M#34, medida que importará na desocupação de edificações, consoante dispõe o estudo do IFG, além de outras medidas de monitoramento.

49. Aduziu, ao final, que relatórios adicionais foram realizados por três grupos de trabalho, os quais apontaram a existência de imprecisões, relacionadas aos métodos pela CPRM, aduzindo que tais documentos descredenciam e desqualificam o relatório conclusivo elaborado pela empresa pública federal. Requereu, ao final, a juntada da documentação pertinente (id. 4058000.5451795).

50. Através do Ofício nº 459/GAB, de 13 de dezembro de 2019, a Exma. Sra. Maria Tereza Uille Gomes, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça - CNJ comunicou que, no dia 11 de dezembro, o Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão, por ela representado, se reuniu na sede do CNJ com várias instituições envolvidas no caso Pinheiro, bairro de Maceió que sofre com o processo de afundamento do terreno, adotando as seguintes deliberações:

1. A Braskem assumiu a indenização das famílias que residem na área identificada como área de resguardo (marcação amarela em formato de L no mapa), que é a área de maior risco;

2. Será organizada uma força tarefa envolvendo todas as instituições necessárias para a desocupação da área de resguardo até o dia 15/01/2020. Estamos coordenando essa ação.

3. A segunda área prioritária, encosta do Mutange, deverá ser desocupada em seguida, até o dia 15/2/2020, e a expectativa é de que as famílias sejam realocados nas unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. As tratativas para esse encaminhamento estão sendo negociadas e terão apoio dos cartórios, Caixa Econômica Federal, Ministérios do Desenvolvimento Regional e Cidadania, dentre outras necessárias para o sucesso da ação.

Dada a decretação de calamidade pública (Decreto nº 8.788 Maceió/AL, 24 de setembro de 2019) e a iminência de incidentes com a época de chuvas, é premente a atuação para a remoção das famílias o mais rápido possível.

51. Sobreveio petição da Braskem S. A. dando conta do acordo firmado com o MPF, a Defensoria Pública da União, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas e destacando que, nele, fora prevista a emissão de apólice de seguro garantia, no valor de R\$ 1 bilhão, nos termos da Cláusula 27 do Termo de Acordo, bem como a suspensão de qualquer pedido de bloqueio judicial nestes autos, nos termos da Cláusula 29 do instrumento (id. 4058000.5666882).

52. O instrumento de acordo foi trasladado aos autos em cumprimento a determinação deste juízo, juntamente com a decisão judicial que o homologou (id. 4058000.5697314).

É o relatório, no essencial.

B - FUNDAMENTAÇÃO.

Examinados, passo a fundamentar e decidir.

53. Conforme sumariado no relatório, trata-se de ação civil pública, com pedido de antecipação de tutela de urgência, ajuizada pelo Ministério Público Federal - MPF contra Braskem S. A., Odebrecht S. A., Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobrás, Agência Nacional de Mineração - ANM, Instituto de Meio Ambiente de Alagoas - IMA/AL, União Federal, Estado de Alagoas e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

54. O Ministério Público Federal imputa aos réus a responsabilidade pelos danos socioambientais perpetrados nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, na cidade de Maceió/AL, em decorrência da atividade realizada pela empresa Braskem S. A., concernente à extração de sal-gema.

Questões prévias.

55. Instados a se pronunciarem sobre o pedido de concessão de tutela antecipada de urgência, parte dos demandados arguiu em preliminar a ausência de legitimidade passiva para a causa, a saber: Odebrecht S. A., Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, União Federal e Agência Nacional de Mineração - ANM. A Braskem, a União e a ANM arguíram, também em preliminares, a ausência de interesse jurídico processual relativamente a parte dos pedidos.

56. Tradicionalmente, no Direito Processual Civil brasileiro, tem-se que a legitimidade para a causa, juntamente com o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido, constituem requisitos para obtenção da sentença de mérito. Tais requisitos, denominados de "condições da ação" por Liebman, autor da teoria eclética da ação, dizem respeito à relação jurídica de direito material afirmada em juízo, diferentemente dos pressupostos processuais, que se referem à relação processual a ser formada ou já constituída (FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima. Condições da ação. São Paulo: RT, p. 67).

57. As condições da ação foram incorporadas no Código de Processo Civil de 1973, constando no seu Art. 267, VI. Porém, sua aplicação trazia perplexidades para o processo, resultantes da confusão entre o exame das condições da ação, como questões de admissibilidade, e o juízo de mérito da causa, dando ensejo ao desenvolvimento da teoria da asserção. Segundo essa teoria, a análise a respeito da presença ou ausência das condições da ação deve ser feita de acordo com a situação afirmada em juízo,

conforme narrativa da petição inicial (*in status assertionis*), e não a partir da situação jurídica concreta, real, existente. Isso porque, se a questão deve ser decidida previamente, como requisito de admissibilidade da demanda, a realidade relevante a ser verificada é a afirmada na exordial, ao passo em que a cognição realizada segundo a prova dos autos denotaria verdadeiro juízo sobre a procedência da demanda.

58. O Código de Processo Civil de 2015 suprimiu as referências do antigo Código às condições da ação, bem como qualquer menção à possibilidade jurídica do pedido, que deixou de figurar na legislação como requisito de admissibilidade da demanda. Permaneceram a manifesta ilegitimidade para a causa e a ausência de interesse processual como hipóteses de indeferimento da petição inicial, a teor do disposto no Art. 330, incisos II e III, do CPC, bem como causas de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do Art. 485, VI, do CPC. Em ambos os casos, no entanto, a cognição judicial é realizada de acordo com a relação jurídica substancial afirmada em juízo, na petição inicial, e não a partir da relação jurídica efetivamente existente, segundo a prova dos autos, aplicando-se a teoria da asserção.

59. Assentadas essas premissas, cumpre examinar as preliminares.

60. A **Odebrecht** e a **Petrobrás** são demandadas pelo Ministério Público Federal na condição de acionistas da Braskem, empresa a quem se atribui responsabilidade direta pelos danos socioambientais causados nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, como resultado da atividade minerária exercida ao longo de décadas na cidade de Maceió/AL.

61. A ação imputa às empresas demandadas a responsabilidade indireta pelos danos ambientais, nos termos do Art. 3º, III, da Lei nº 6.938/1981, e sustenta a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica de ambas, com base na regra do Art. 4º da Lei nº 9.605/1998, que permite a desconsideração da pessoa jurídica sempre que a personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

62. No Direito brasileiro, em sede de responsabilidade civil ambiental, consagrou-se a aplicação da teoria do risco integral, não se admitindo a alegação, pelo responsável, de excludentes de responsabilidade para afastar a obrigação de indenizar. Esse entendimento está firmado na jurisprudência vinculante do Col. Superior Tribunal de Justiça, conforme se vê do julgado em recurso repetitivo cuja ementa segue transcrita:

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. DANOS DECORRENTES DO ROMPIMENTO DE BARRAGEM. ACIDENTE AMBIENTAL OCORRIDO, EM JANEIRO DE 2007, NOS MUNICÍPIOS DE MIRAÍ E MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. NEXO DE CAUSALIDADE.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar; b) em decorrência do acidente, a empresa deve recompor os danos materiais e morais causados e c) na fixação da indenização

por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito caso a caso e com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico do autor, e, ainda, ao porte da empresa, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, de modo que, de um lado, não haja enriquecimento sem causa de quem recebe a indenização e, de outro, haja efetiva compensação pelos danos morais experimentados por aquele que fora lesado.

2. No caso concreto, recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1374284/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/08/2014, DJe 05/09/2014)

63. Ademais, a legislação ambiental ampliou sobremaneira o conceito jurídico de poluidor, prevendo a responsabilização tanto do causador direto do dano ambiental quanto do seu causador indireto, nos termos da regra do Art. 3º, III, da Lei nº 6.938/1981, que conceitua poluidor como *"a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental"*.

64. A responsabilidade civil em matéria ambiental é objetiva, exigindo apenas a demonstração da conduta, do dano e do nexo de causalidade. Este último requisito tende a constituir o ponto nodal dos litígios que versam sobre a reparação de danos ambientais; mesmo a responsabilidade objetiva não dispensa a afirmação de nexo de causalidade entre a conduta do responsável e o dano ambiental, pois, ausente esse liame, não subsiste fundamento jurídico para a responsabilização.

65. Em se tratando de poluidor indireto, a causalidade normalmente não decorre de uma ação, mas sim de uma omissão; nesses casos, a caracterização do nexo de causalidade não é questão meramente fática, assumindo contornos normativos, na medida em que a omissão juridicamente relevante exige que seja demonstrado o descumprimento de um dever de cuidado, apto a contribuir para a ocorrência do dano ambiental, a exemplo do que ocorre em quando o Estado se omite no dever de fiscalização. Ressalvados os casos em que a responsabilidade civil decorre da ação direta causadora do dano ambiental (comissiva) e do descumprimento do dever jurídico de cuidado (omissiva), que contribui indiretamente para sua ocorrência, somente se imputa a responsabilidade civil ambiental ao proprietário, por outro fundamento, o de que essa é uma obrigação *propter rem*, considerando-se que o cumprimento da legislação ambiental integra a concepção da função social da propriedade, inerente ao regime constitucional desse direito.

66. Nesse contexto, dessume-se que a mera condição das empresas demandadas, ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, de acionistas da Braskem e, como tal, destinatárias de parte dos lucros e dividendos da mineração desenvolvida pela empresa na cidade de Maceió/AL, não as torna civilmente responsáveis pelos danos ambientais que porventura resultem de sua atividade empresarial. Isso porque a mera condição de titular de ações de uma empresa que exerce atividade poluidora não materializa, por si só, conduta causadora de prejuízo ao meio ambiente, nem implica violação de dever jurídico, inexistindo nexo de causalidade fático ou normativo (omissão) entre a posição de acionista e a ocorrência do dano ambiental.

67. Em palavras mais claras, afirmar que as empresas demandadas se beneficiaram com o resultado econômico da atividade da Braskem não é bastante em si para lhes atribuir responsabilidade civil pelos danos ambientais alegados em juízo, porque não supre a exigência legal de nexo de causalidade para que sejam qualificadas como poluidoras indiretas. Cogitar da posição contrária seria inadmissível, pois eliminaria *a priori* a distinção jurídica entre o patrimônio dos acionistas e da empresa em toda e qualquer ação processual que buscasse a reparação de danos ambientais, o que, por vias transversas, importaria abolir a personalidade jurídica como instituto para essas causas, interpretação que não se coaduna com os conceitos estabelecidos pela legislação ambiental e, ademais, denota grave desfiguração do sistema jurídico no tocante à organização da atividade econômica.

68. O Direito brasileiro estabelece um equilíbrio entre a liberdade de iniciativa e a defesa do meio ambiente. De um lado, preserva a personalidade jurídica como instituição fundamental para o desenvolvimento da atividade econômica e social, de outro, permite a responsabilização do sócio ou acionista, exigindo, contudo, o preenchimento dos pressupostos legais estabelecidos para a incidência das regras de desconconsideração da personalidade jurídica. Daí a segunda tese defendida pelo Ministério Público Federal para justificar a responsabilidade civil das empresas demandadas, sustentando a possibilidade de desconsiderar a personalidade jurídica da Braskem para alcançar o patrimônio de seus acionistas, com fundamento no Art. 4º da Lei nº 9.605/1998.

69. O respeito à separação patrimonial da pessoa jurídica é regra, a desconconsideração da personalidade jurídica exceção, admitida nas hipóteses do Art. 50 do Código Civil. Para aplicação desse instituto, exige-se a demonstração do desvio de finalidade, pela utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza, ou quando se verifica confusão patrimonial, ausente a separação de fato entre os patrimônios. No caso em análise, essas situações não foram demonstradas, nem muito menos alegadas petição inicial que, ao revés, defendeu a aplicação da teoria menor da desconconsideração da personalidade jurídica, fundada no Código de Defesa do Consumidor e na legislação ambiental.

70. Sustenta o MPF que, em causas visando imputar responsabilidade civil ambiental, a desconconsideração da personalidade jurídica decorre exclusivamente do risco para a reparação ambiental, desde que demonstrada a insolvência da pessoa jurídica. A partir dessa premissa, alega que, no caso sob exame, as obrigações ambientais de reparação, compensação e indenização pelos danos causados ao meio ambiente são superiores ao patrimônio líquido da empresa, razão por que haveria risco evidente de que a Braskem não possui ou possuirá liquidez para adimpli-las.

71. As alegações são infundadas e merecem ser rejeitadas *in limine*, bastando para tanto um juízo de cognição sumária, dispensada, portanto, a investigação profunda e exauriente das circunstâncias de fato efetivamente existentes no caso concreto. Admitindo-se, em tese, a possibilidade de se promover a desconconsideração da personalidade jurídica, nas ações de responsabilização civil ambiental, sem que haja desvio de finalidade ou confusão patrimonial, é exigível ainda assim a demonstração da insolvência, caracterizada pela insuficiência do patrimônio do responsável para suportar os custos da reparação ambiental, o que, a toda evidência, não se verifica no caso em análise.

72. A insolvência da Braskem não é afirmada nem tampouco demonstrada nos autos,

muito pelo contrário. Na petição inicial, o Ministério Público Federal aponta que, no ano de 2018, a Braskem obteve lucro líquido de cerca de R\$ 2,9 bilhões, tendo, ainda, por proposta de divisão de lucros e dividendos a quantia de R\$ 2,67 bilhões. O autor afirma que a demandada registrou, em seu balanço patrimonial, um ativo total de cerca de R\$ 59,1 bilhões e que, mesmo considerando o passivo da empresa, estimado em R\$ 53,2 bilhões, possui patrimônio líquido da ordem de R\$ 5,9 bilhões. Portanto, o relato da exordial confirma as alegações da Braskem de que a empresa possui alto desempenho operacional, posição financeira sólida e é dotada de patrimônio considerável.

73. No tocante à capacidade econômica da Braskem, consta dos autos que a empresa é avaliada pelas agências de *rating* S&P e Fitch na categoria AAA, ou seja, possui posição mais segura que o próprio risco soberano, o que significa que, em tese, possui capacidade de pagar suas obrigações que supera a do próprio Governo Federal. Ademais, a notória capacidade econômica da Braskem é corroborada objetivamente pelo fato de que constituiu garantias vultosas nos autos da Ação Civil Pública nº 0803662-52.2019.4.05.8000, em tramitação neste Juízo, que determinou a distribuição do presente feito por conexão. No referido processo, a empresa ofereceu seguro garantia no valor inicial de R\$ 2,6 bilhões, complementado em seguida por seguro garantia de R\$ 3,6 bilhões, totalizando montante que ultrapassa a casa de R\$ 6,2 bilhões de reais.

74. O pedido de desconconsideração da personalidade jurídica da Braskem é defendido pelo Ministério Público Federal como uma medida de prevenção, ao fundamento, sobretudo, de que estimou os custos de eventual condenação no valor de R\$ 28 bilhões, os quais podem vir a superar o patrimônio líquido da empresa, de R\$ 5,9 bilhões. Todavia, a premissa adotada para justificar o reconhecimento judicial da insolvência da Braskem é inaceitável, porque desprovida de demonstração factual. À míngua de elementos concretos que apontem o valor dos danos cuja reparação se persegue, não se pode acolher a medida excepcional de desconconsideração da personalidade jurídica, para alcançar o patrimônio de acionistas que não são responsáveis, direta ou indiretamente, pelos danos ambientais alegados.

75. A desconconsideração da pessoa jurídica, ao fundamento de que sua personalidade constitui obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente, pressupõe a demonstração da incapacidade econômica da empresa de suportar o custo da reparação do dano ambiental, ou seja, a insolvência é seu pressuposto jurídico, portanto, a medida deve ser precedida da prova da insuficiência de recursos, e não o contrário. Dito de outro modo, não se pode desconSIDERAR a personalidade jurídica da empresa e apreender bens dos acionistas primeiro para, depois, apurar o dano ambiental em perícia e, só então, constatar se havia ou não insolvência capaz de legitimar tal medida.

76. Em consequência, a pretensão deduzida nesta ação civil pública, de adotar medidas constritivas no patrimônio de acionistas, inclusive em sede liminar, para apreender ativos em cifras bilionárias, carece de respaldo na legislação ambiental e, em particular, no instituto da desconSIDERação da pessoa jurídica, pois implica inversão indevida do procedimento, ao arrepio do princípio constitucional do devido processo legal. Naturalmente, nada impede que a pretensão seja apresentada em momento oportuno, inclusive nos autos deste processo, caso sobrevenham elementos concretos aptos a demonstrarem o real risco de insolvência da Braskem, capaz de prejudicar a integral reparação dos danos alegados em juízo.

77. A propósito disso, registre-se que o MPF celebrou acordo com a Braskem S. A. cuja Cláusula 27 prevê que a garantia do objeto desta demanda será consubstanciada em apólice de seguro-garantia no valor de R\$ 1 bilhão, a ser prestada nos autos. Outrossim, a Cláusula 29 do instrumento estabelece o compromisso do *Parquet* de não requerer bloqueios judiciais, nas contas, ou indisponibilidade de bens da empresa nos autos deste processo, "*ficando suspenso qualquer pedido formulado para esses fins*". No entendimento deste Juízo, esses fatos corroboram a capacidade econômica da empresa de suportar o ônus financeiro de eventual condenação e, implicitamente, evidenciam o reconhecimento por parte do Ministério Público Federal acerca da desnecessidade da adoração de outras medidas visando garantir o êxito de futura execução, dado que os termos do acordo firmado não se coadunam com a pretensão manifestada de obter a desconsideração da personalidade jurídica da empresa para alcançar o patrimônio dos acionistas.

78. Ante o exposto, tendo em vista o que consta da petição inicial, conclui-se que as empresas Odebrecht S. A. e Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobrás são partes manifestamente ilegítimas para responderem à presente ação civil pública, pelo que a petição inicial deve ser indeferida, nesse ponto, com fundamento na regra do Art. 330, II, do CPC, julgando-se prejudicados os pedidos liminares deduzidos contra ambas as empresas.

79. No tocante ao **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**, o Ministério Público Federal sustenta que a Braskem recebe vultoso apoio financeiro da autarquia, o que demonstraria que recursos públicos federais foram, e continuam sendo, destinados ao fomento de atividade desenvolvida por empresa que desrespeita frontalmente a legislação protetiva ambiental. Postula, por isso, a adoção de providências judiciais aptas a garantir que as pessoas jurídicas da Administração Direta e Indireta condicionem a aprovação de futuros e a manutenção dos já existentes financiamentos ou incentivos governamentais à prévia reparação integral do meio ambiente degradado, com a consequente suspensão dos financiamentos públicos às atividades desenvolvidas pela Braskem S.A., além do vencimento antecipado das operações já existentes.

80. Conforme já explicitado anteriormente, em se tratando de poluidor indireto, a responsabilidade civil ambiental pressupõe a demonstração de nexo de causalidade normativo, assim entendido o descumprimento do dever de cuidado de quem contribui indiretamente para a ocorrência do dano ambiental. Insista-se nesse ponto, a responsabilidade do poluidor indireto não pode ser equiparada à do poluidor direto, na medida em que, em relação ao primeiro, o nexo de causalidade é normativo, fazendo-se imprescindível verificar em sua conduta a violação do dever de jurídico de cuidado, sem o que será descabida sua responsabilização.

81. No caso dos autos, a petição inicial não cogita do descumprimento de qualquer dever jurídico por parte do demandado, ao contrário, o relato da exordial indica que o BNDES criou uma Política Socioambiental, dispondo de mecanismos que vão desde a análise dos impactos sociais e ambientais de qualquer projeto apoiado financeiramente, ao financiamento a investimentos que gerem benefícios diretos sobre a qualidade ambiental e diminuição das desigualdades sociais e regionais no País, tudo em conformidade com a regra do Art. 12 da Lei nº 6.938/1981.

82. Nesse passo, verifica-se que a petição inicial do Ministério Público Federal não preenche os requisitos mínimos que justifiquem a inclusão do BNDES no polo passivo

da demanda, pois não expõe de forma objetiva em que medida a instituição financeira teria deixado de observar a legislação ambiental ao contribuir, inadvertidamente, para a ocorrência de danos ambientais. É dizer que a afirmação de que o Banco financiou as atividades de uma empresa que, por sua vez, teria causado danos ao meio ambiente, não basta para justificar sua responsabilização civil.

83. É preciso enfatizar que a obrigação imposta ao BNDES em matéria ambiental, como de resto a qualquer instituição financeira, consiste em analisar os aspectos ambientais do projeto e exigir e verificar a validade da licença obtida pela empresa junto aos órgãos competentes, logo, a responsabilização do Banco supõe a afirmação de inobservância de algum desses deveres, a fim de demonstrar a existência do nexo de causalidade normativo, o que não ocorreu nesta demanda. Deixar de delimitar esses elementos, constitutivos do nexo de causalidade, equivale a exigir do demandado que acompanhe passo a passo o processo de licenciamento ambiental de cada empreendimento que apoia, transferindo para a instituição financeira o ônus de fazer as vezes do próprio órgão ambiental, o que implicaria, por via transversa, obrigá-lo a sindicatizar os atos desse órgão, inclusive em outras esferas de Governo. Essa medida, aliás, também contraria a regra constitucional do Art. 19, inciso II, da Constituição Federal, que proíbe os entes federais de negarem fé aos documentos públicos, já que obrigaria a autarquia federal recusar fé à licença ambiental emitida pelo órgão ambiental estadual.

84. Para além disso, não tendo sido noticiada nos autos qualquer ilicitude na concessão de financiamentos à Braskem, inexistente fundamento jurídico que autorize este Juízo a se imiscuir nos negócios formalizados com o BNDES para financiamento da atividade da empresa, mesmo porque o Judiciário não detém competência para gerir os recursos públicos confiados à autarquia federal, nem poderia impor aos negócios celebrados entre a empresa e o Banco outras limitações ou balizas além daquelas expressamente estabelecidas pelo legislador, em desrespeito ao que estabelece o Art. 5º, inciso II, da Constituição Federal.

85. Pelo exposto, tendo em vista o que consta da petição inicial, conclui-se que o BNDES é parte manifestamente ilegítima para responder à presente ação civil pública, pelo que a petição inicial deve ser indeferida, nesse ponto, com fundamento na regra do Art. 330, II, do CPC, julgando-se prejudicados os pedidos liminares deduzidos contra a autarquia federal.

86. Relativamente aos entes responsáveis pela fiscalização, a inicial aponta falhas na fiscalização tanto da **Agência Nacional de Mineração - ANM** e do **Instituto do Meio Ambiente de Alagoas - IMA/AL**, cada um nos limites de suas competências. A despeito da insurgência da ANM, que se considera parte ilegítima para a causa, no entendimento do Juízo, é indiscutível o cabimento **em tese** da pretensão do Ministério Público Federal, tendo em vista que a posição dos entes referidos se amolda à perfeição na hipótese tipificada no Art. 3º, IV, da Lei nº 6.938/1981. D'outra banda, saber se as alegações deduzidas na petição inicial procedem ou improcedem não é questão passível de ser resolvida num juízo prévio, dizendo respeito ao próprio mérito da pretensão indenizatória deduzida contra esses entes.

87. Em arremate, impende examinar a legitimidade para a causa da **União Federal** e do **Estado de Alagoas**.

88. No tocante à União, a inicial afirma que a ANM é vinculada à Administração

Direta, não possuindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira. Essa primeira alegação não tem pertinência para justificar a legitimação da União, pois toda autarquia está submetida à tutela administrativa, materializada no instituto da supervisão ministerial, no entanto, isso não retira sua capacidade plena de adquirir direitos e contrair obrigações, inclusive a capacidade de estar em juízo em nome próprio, eis que se trata de ente dotado de personalidade jurídica.

89. A inicial alega, em seguida, que a descentralização administrativa não retira da União o dever de preservar o meio ambiente, contido no Art. 225 da Constituição. Embora verdadeira, a premissa não guarda pertinência com a legitimação da União para figurar como ré nesta ação, porque a competência da União de preservar o meio ambiente não se confunde com o dever de reparar o dano ambiental, que possui pressupostos jurídicos próprios. Em outras palavras, o Poder Público tem o dever constitucional de defender o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, mas isso não o torna responsável por qualquer dano ambiental; a responsabilidade dos entes públicos em matéria ambiental supõe uma conduta comissiva ou omissiva e, neste último caso, supõe a violação de um dever jurídico concreto.

90. A inicial afirma que a União participa do resultado da lavra, recebendo a compensação financeira pela exploração de recursos minerais, e que tem competência regulamentar a atividade de mineração. O fato da União tirar proveito econômico da atividade minerária também não atente aos pressupostos jurídicos da responsabilidade civil ambiental, apenas dá ensejo à qualificação da União como poluidora indireta, desde que exista nexo de causalidade de sua conduta com o dano ambiental. Igualmente, o controle exercido pela União sobre a atividade mineradora não a torna seguradora universal das consequências danosas dessa atividade, sobretudo quando as competências federais relativas a essa atividade foram outorgadas por lei à ANM.

91. Por último, o MPF alega que a União tem o dever de manter quadro de pessoal em quantidade e em qualificação e especialidades necessárias ao cumprimento das atribuições previstas na lei de criação da ANM, e para muni-la dos instrumentos necessários à consecução de seus fins, e se assim não o faz, é também responsável, portanto, pela deficiência da fiscalização verificada no presente caso e, pois, pelos danos verificados nos bairros do Pinheiro, do Mutange e do Bebedouro. A alegação indica um suposto dever jurídico que teria sido violado, porém, é formalmente inadmissível, porque a causalidade que gera a responsabilidade ambiental tem de ser capaz de gerar prejuízo ao meio ambiente, o que não se verifica na narrativa do MPF.

92. Isso porque, diferente do que ocorre no Direito Penal, na seara cível não se aplica a teoria da equivalência das condições, que atribui a toda e qualquer circunstância que haja concorrido para produzir o dano, a qualidade de uma causa capaz de gerar o prejuízo ao meio ambiente. Na responsabilidade civil, inclusive em matéria ambiental, o nexo causal supõe a afirmação de um dano direto e imediato, aplicando-se a teoria da causalidade adequada, prevista no Art. 403 do Código Civil. É dizer que o liame causal só se verifica quando o ato praticado pelo agente seja de molde a provocar o dano sofrido pela vítima, segundo o curso normal das coisas e a experiência da vida comum. Veja a esse respeito o julgamento do Col. Superior Tribunal de Justiça que firmou jurisprudência nessa matéria:

RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL

AMBIENTAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS. ACIDENTE AMBIENTAL. EXPLOÇÃO DO NAVIO VICUÑA. PORTO DE PARANAGUÁ. PESCADORES PROFISSIONAIS. PROIBIÇÃO TEMPORÁRIA DE PESCA. EMPRESAS ADQUIRENTES DA CARGA TRANSPORTADA. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE. NEXO DE CAUSALIDADE NÃO CONFIGURADO.

1. Ação indenizatória ajuizada por pescadora em desfavor apenas das empresas adquirentes (destinatárias) da carga que era transportada pelo navio tanque Vicuña no momento de sua explosão, em 15/11/2004, no Porto de Paranaguá. Pretensão da autora de se ver compensada por danos morais decorrentes da proibição temporária da pesca (2 meses) determinada em virtude da contaminação ambiental provocada pelo acidente.

2. Acórdão recorrido que concluiu pela procedência do pedido ao fundamento de se tratar de hipótese de responsabilidade objetiva, com aplicação da teoria do risco integral, na qual o simples risco da atividade desenvolvida pelas demandadas configuraria o nexo de causalidade ensejador do dever de indenizar. Indenização fixada no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

3. Consoante a jurisprudência pacífica desta Corte, sedimentada inclusive no julgamento de recursos submetidos à sistemática dos processos representativos de controvérsia (arts. 543-C do CPC/1973 e 1.036 e 1.037 do CPC/2015), "a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato" (REsp nº 1.374.284/MG).

4. Em que pese a responsabilidade por dano ambiental seja objetiva (e lastreada pela teoria do risco integral), faz-se imprescindível, para a configuração do dever de indenizar, a demonstração da existência de nexo de causalidade apto a vincular o resultado lesivo efetivamente verificado ao comportamento (comissivo ou omissivo) daquele a quem se repute a condição de agente causador.

5. No caso, inexistente nexo de causalidade entre os danos ambientais (e morais a eles correlatos) resultantes da explosão do navio Vicuña e a conduta das empresas adquirentes da carga transportada pela referida embarcação.

6. Não sendo as adquirentes da carga responsáveis diretas pelo acidente ocorrido, só haveria falar em sua responsabilização - na condição de poluidora indireta - acaso fosse demonstrado: (i) o comportamento omissivo de sua parte; (ii) que o risco de explosão na realização do transporte marítimo de produtos químicos adquiridos fosse ínsito às atividades por elas desempenhadas ou (iii) que estava ao encargo delas, e não da empresa vendedora, a contratação do transporte da carga que lhes seria destinada.

7. Para os fins do art. 1.040 do CPC/2015, fixa-se a seguinte TESE: As empresas adquirentes da carga transportada pelo navio Vicuña no momento de sua explosão, no Porto de Paranaguá/PR, em 15/11/2004, não respondem

pela reparação dos danos alegadamente suportados por pescadores da região atingida, haja vista a ausência de nexo causal a ligar tais prejuízos (decorrentes da proibição temporária da pesca) à conduta por elas perpetrada (mera aquisição pretérita do metanol transportado).

8. Recursos especiais providos.

(REsp 1602106/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/10/2017, DJe 22/11/2017)

93. Diante disso, a afirmação de que a União teria deixado de manter uma estrutura administrativa capaz de garantir o funcionamento da ANM em condições de realizar fiscalização eficiente não tem o condão de legitimar a ré para figurar no polo passivo desta ação, porque não indica um liame causal direto com os fatos descritos na inicial, sendo insuficiente para preencher a exigência legal da afirmação do nexo de causalidade adequada entre a omissão verificada e os danos cuja reparação se pretende.

94. Por último, considerando que as mesmas alegações deduzidas na inicial em face da União foram estendidas pelo Ministério Público Federal para demonstrar a legitimação passiva do **Estado de Alagoas**, é dispensada a repetição da análise dessas alegações, adotando-se para esse demandado os mesmos fundamentos já expostos. Acrescente-se que os mesmos fundamentos também infirmam a alegação do MPF de que o Estado de Alagoas seria responsável pelos danos ambientais por ter concedido a outorga de uso de água à Braskem, através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Alagoas - SEMARH, órgão da administração direta, pois que essa alegação tampouco indica, mesmo em tese, um liame causal adequado que justifique a propositura da demanda contra o ente estadual.

95. Pelo exposto, tendo em vista o que consta da petição inicial, conclui-se que a ANM e o IMA/AL são partes legítimas para responderem a presente ação civil pública, pelo que essa preliminar deve ser rejeitada. Por sua vez, os entes da Administração Direta são partes manifestamente ilegítimas para a causa, pelo que a petição inicial deve ser indeferida, em relação a ambos, com fundamento na regra do Art. 330, II, do CPC, julgando-se prejudicados os pedidos liminares deduzidos contra a União e o Estado de Alagoas.

96. As preliminares de ausência de interesse de agir suscitadas pela Braskem, União e ANM não merecem prosperar, pois, embora as demandadas aleguem que parte das pretensões ministeriais estariam sendo atendidas voluntariamente, a verificação desse fato dependeria da análise da prova e, de todo modo, a mera intenção de adotar de iniciativa própria as providências postuladas em juízo não seria, em princípio, suficiente para elidir o interesse jurídico do autor de obter a imposição dessa conduta como uma obrigação reconhecida judicialmente, com força vinculante. Assim, cumpre rejeitar essas preliminares.

97. A União e a ANM requereram a exibição de documentos e a oitiva de especialistas, antes de ser proferida decisão sobre os pedidos liminares. O requerimento deve ser indeferido, porque as providências referidas são próprias da etapa de instrução, devendo ser adotadas, se for o caso, no momento processual oportuno. Como se sabe, a apreciação dos pedidos liminares dá-se em juízo de cognição sumária, baseando-se nos elementos de convicção que instruem a demanda, além de outros que possam ser

trazidos pelos demandados, sendo certo que ambas, União e ANM, tiveram ampla oportunidade de se manifestarem sobre as alegações do MPF, bem como de trazerem para os autos a documentação cabível, para se contrapor aos pedidos formulados na ação em sede de tutela de urgência.

98. O Estado de Alagoas e o IMA/AL requerem dilação do prazo para apresentarem contestação. Da análise dos autos, vê-se que os réus tomaram ciência da demanda quando foram intimados para se manifestarem sobre os pedidos liminares, em 17 de setembro de 2019, há três meses, portanto, e desde então tiveram ampla oportunidade de se inteirarem do teor da demanda e da documentação que a instrui. Esse intervalo de tempo, somado ao prazo para contestar que, para a Fazenda Pública, é contado em dobro, se afigura suficiente para o exercício pleno do direito à ampla defesa por parte dos demandados, razão pela qual o requerimento há de ser indeferido.

99. Superadas as preliminares, passo a examinar o mérito dos pedidos liminares.

Dos pedidos liminares.

100. O Ministério Público Federal requer, com fulcro no art. 4º da Lei n. 9605/98 e arts. 133 a 137 do NCPC, seja desconsiderada a personalidade jurídica da empresa Braskem S.A., visando atingir as acionistas com direito a voto, Odebrecht S.A. e Petrobrás, responsáveis solidárias, como forma de viabilizar a reparação, compensação e indenização dos danos socioambientais e suportar a execução das medidas emergenciais narrados alhures. Esse pedido encontra-se prejudicado pela decisão que acolheu as preliminares de ilegitimidade passiva para a causa de ambas as empresas demandadas, pelo que não será conhecido.

101. Na sequência, o Ministério Público Federal requer que o Juízo adote medidas de constrição patrimonial em desfavor da Braskem S. A. ou, em caráter subsidiário, da Odebrecht S. A. e da Petrobrás.

102. Esse pedido encontra-se suspenso pela eficácia das Cláusulas 27 e 29 do acordo firmado pelo MPF com a Braskem, que foi homologado por decisão judicial, portanto, deixo de apreciá-lo. No mais, os pedidos formulados em caráter subsidiário em face da Odebrecht S. A. e da Petrobrás encontram-se prejudicados, pelo que não devem ser conhecidos.

103. O Ministério Público Federal requer que seja determinado à União e ao Estado de Alagoas, bem como ao BNDES, que condicionem a aprovação de futuros e a manutenção dos já existentes financiamentos ou incentivos governamentais que tenham como beneficiária a Braskem S.A. à prévia reparação integral do meio ambiente degradado. Considerando que este Juízo reconheceu a ilegitimidade dos demandados para figurarem como réus nesta demanda, os pedidos encontram-se prejudicados, pelo que não serão conhecidos.

104. O Ministério Público Federal requer que seja determinado à Braskem S.A. a contratação, em 30 (trinta) dias, de auditoria externa que tenha como escopo avaliar a sua governança corporativa, sua cultura e normas de gestão do risco ambiental, associado às práticas adotadas, determinando correção de comportamento e valores que se ajustem às necessidades do desenvolvimento sustentável e previnam a repetição de novos desastres ambientais, observadas as diretrizes que apresenta.

105. Da análise dos autos, vê-se que o pedido em questão visa medida judicial de cunho inibitório, para prevenir danos futuros. Por sobre não possuírem pertinência direta com o objeto desta ação, que diz respeito à responsabilização civil ambiental por fatos passados, o pedido não preenche o pressuposto da urgência, previsto no Art. 300 do CPC, porque nada indica que a concessão do pleito ao final do processo, se for o caso, possa trazer perigo de dano ao direito postulado em juízo ou risco ao resultado útil do processo. Ausente um dos requisitos legais para concessão da medida, desnecessário pronunciamento judicial acerca dos demais, pelo que indefiro esse pedido liminar. No mais, deixo de conhecer os pedidos idênticos, formulados subsidiariamente contra a Odebrecht e a Petrobrás, por se encontrarem prejudicados.

106. Igualmente, o pedido de inversão do ônus da prova não evidencia urgência que justifique uma providência judicial nesse momento, antes mesmo de concluída a etapa postulatória, fase processual em que sequer se encontra suficientemente delimitado o tema da prova, com a identificação precisa dos fatos controvertidos. Ausente a urgência, indefiro, por ora, esse requerimento que será apreciado novamente no momento oportuno, quando do saneamento do feito.

107. O Ministério Público Federal requer, em seguida, providência jurisdicional que determine que a Braskem S.A. apresente plano de recuperação, mitigação e compensação socioambiental (Plano Socioambiental) da totalidade do impacto ambiental (incluindo o meio ambiente natural, cultural, histórico e artificial) constatado em decorrência da atividade de mineração, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contendo objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a recuperação e compensação; programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos de recuperação e compensação; e ações emergenciais, nos parâmetros que apresenta, além de outras providências relativas à execução de referido plano.

108. A despeito das alegações da inicial, não é factível, ao menos por ora, ordenar a elaboração de plano de recuperação da área degradada, uma vez que não existem elementos concretos discriminando quais os danos verificados. Com efeito, segundo esclarece o próprio MPF, a elaboração e execução de planos socioambientais somente se tornará possível após a realização de estudos e diagnósticos por equipe pericial multidisciplinar e independente que revelem a extensão dos danos em sua integralidade. Considerando que o pedido de inversão do ônus da prova, para realização de referida prova pericial, foi indeferido, por via de consequência resta inviabilizado o acolhimento deste pedido liminar, ao menos por ora.

Medidas emergenciais socioambientais.

109. No capítulo final dos pedidos liminares, o Ministério Público Federal declina as medidas socioambientais que considera emergenciais para: (a) mitigar os efeitos da subsidência e correlatos; (b) monitorar a subsidência e os fenômenos correlatos; (c) monitorar as estruturas de operação da Braskem S.A.; (d) melhoria da comunicação voltada à gestão do desastre. Posteriormente, requereu aditamento ao pedido, incluindo, entre as medidas emergenciais: (e) a perfilagem geofísica em todas as perfurações realizadas pela empresa, seja dos poços para exploração de sal-gema, seja dos poços para exploração de água; (f) a realização pela Braskem S/A, no prazo de 90 (noventa) dias, a perfilagem geofísica em todas as perfurações realizadas pela empresa, seja dos poços para exploração de sal-gema, seja dos poços para exploração de água.

110. Nesse capítulo, em particular, verifica-se que se encontram preenchidos os

pressupostos legais para a concessão de tutela de urgência.

111. A alegação de risco de agravamento do fenômeno da subsidência está bem documentada nos relatórios a CPRM que instruem a inicial, e nos sucessivos atos do Poder Público reconhecendo a situação de calamidade pública nos bairros afetados. Esse fato, outrossim, está respaldado por estudos realizados a pedido e sob a condução da própria Braskem, pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig/Alemanha - IFG. O referido Instituto recomendou como medida de precaução a criação de zona de resguardo, com acesso restrito e monitorado, mediante desocupação de edificações, além de outras medidas de monitoramento. É indiscutível, portanto, a necessidade de se adotarem medidas urgentes para prevenir o risco de uma tragédia nos bairros afetados, nomeadamente na área de maior risco, envolvendo a perda de vidas humanas.

112. Ademais, conforme documentado nos autos, a Braskem assumiu publicamente a responsabilidade pela indenização das famílias que residem na área identificada como zona de resguardo, segundo recomendação do IFG, considerada área de maior risco. Nesse contexto, inexistente questionamento sério, de parte a parte, acerca da probabilidade do direito perseguido objeto desta demanda, ao menos no que pertine à área referida.

113. No entanto, verifica-se dos autos que o acordo celebrado entre o MPF e a Braskem S. A. contemplou as providências cabíveis a prevenir as graves consequências dessa "tragédia anunciada", em caráter emergencial, inclusive para viabilizar a desocupação da área de risco, com a maior brevidade possível. Referido acordo foi homologado por este Juízo, motivo pelo qual esses pedidos encontram-se prejudicados.

C - DISPOSITIVO.

114. Ante o exposto:

(a) Reconheço a ilegitimidade passiva das empresas Odebrecht S. A. e Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobrás, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da União Federal e do Estado de Alagoas para, em relação a esses demandados, indeferir a petição inicial, com fundamento na regra do Art. 330, II, do CPC, julgando prejudicados os pedidos liminares deduzidos contra eles.

(b) Rejeito as preliminares de ausência de interesse processual.

(c) Indefiro os requerimentos de exibição de documentos e oitiva de especialistas formulados pela União e pela ANM.

(d) Indefiro o requerimento de dilação de prazo para oferecimento de contestação, formulado pelo Estado de Alagoas e pelo IMA/AL.

(e) Julgo prejudicado o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da Odebrecht S. A. e da Petrobrás S. A.

(f) Não conheço do pedido de novas medidas de constrição patrimonial dirigidas em face da Braskem S. A., que se encontra suspenso, e julgo prejudicados os pedidos subsidiários.

(g) Julgo prejudicados os pedidos de suspensão de financiamentos e incentivos

governamentais.

(h) Indefiro os pedidos de garantia de boas práticas e *compliance* socioambientais em face da Braskem S. A. e julgo prejudicados os demais pedidos da mesma natureza.

(i) Indefiro, por ora, o pedido de inversão do ônus da prova.

(j) Indefiro, por ora, os pedidos de elaboração, aprovação, gestão e execução dos planos socioambientais.

(k) Julgo prejudicados os pedidos de medidas emergenciais socioambientais.

115. Proceda-se à citação da Brakem S. A., do Instituto de Meio Ambiente de Alagoas/IMA e da Agência Nacional de Mineração - ANM, por meio do Sistema PJe para, querendo, oferecerem contestação, nos termos e prazo do Código de Processo Civil, aqui aplicado subsidiariamente.

116. Providências e intimações necessárias.

Maceió(AL), 15 de janeiro de 2020.

Frederico Wildson da Silva Dantas

Juiz Federal da 3ª Vara de Alagoas



Processo: **0806577-74.2019.4.05.8000**

Assinado eletronicamente por:

Frederico Wildson da Silva Dantas - Magistrado

Data e hora da assinatura: 15/01/2020 16:48:32

Identificador: 4058000.5700850



20011516394962200000005732315

Para conferência da autenticidade do documento:

<https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

DESPACHO n. 00143/2020/PFE-ANM/PGF/AGU

NUP: 00786.002125/2019-01 (REF. 00431.049774/2019-87)

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS

ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS

1. Tomo conhecimento do OFÍCIO n. 00089/2020/NUAP/PFAL/PGF/AGU da Procuradoria Federal no Estado de Alagoas (Seq. 06 no Sistema SAPIENS) que veicula como anexo liminar exarada nos autos do Processo Judicial nº 0806577-74.2019.4.05.8000, bem assim solicita subsídios para elaboração de recurso, no prazo de até o dia 07/02/2020.
2. Então, nos termos do prescrito no art. 31 da Portaria PGF nº 172, de 21 de março de 2016, encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Assuntos Minerários para fins de distribuição, com vista a observar o prazo assinalado no citado Ofício.

Brasília, 20 de janeiro de 2020.

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA
Procurador-Chefe da ANM

Documento assinado eletronicamente por MAURICYO JOSE ANDRADE CORREIA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 367746313 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MAURICYO JOSE ANDRADE CORREIA. Data e Hora: 20-01-2020 12:53. Número de Série: 7116423960796185811. Emissor: AC CAIXA PF v2.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
NÚCLEO DE DEMANDAS JUDICIAS

COTA n. 00331/2020/PFE-ANM/PGF/AGU

NUP: 00786.002125/2019-01 (REF. 00431.049774/2019-87)

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS

ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS - AÇÃO PRIORITÁRIA

PRAZO 03/02/2020

Prezado Diretor Geral,

Encaminho a documentação anexa para ciência da liminar referida nos autos do processo judicial nº **0806577-74.2019.4.05.8000**, bem como da citação efetivada.

Informamos que a preliminar de ilegitimidade da ANM **não** foi acolhida, por isso a Autarquia foi citada para contestar, tendo em vista que a inicial aponta falhas na fiscalização da Agência, nos limites de sua competência.

Como já é de conhecimento dessa Diretoria a ANM e outros estão sendo demandados na AÇÃO CIVIL PÚBLICA 0806577-74.2019.4.05.8000 onde se imputa responsabilidade pelos danos socioambientais perpetrados nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, na cidade de Maceió-AL. O caso é de conhecimento público, porque envolve o risco de afundamento dos referidos bairros da cidade de Maceió-AL com consequências para milhares de pessoas, tanto que já ocorreram audiências públicas, manifestações técnicas em outras demandas, bem como inclusão dessas ações no Observatório Nacional do CNJ e CNMP. Trata-se, portanto, de **ação prioritária**.

A referida ACP com fundamento no estudo da CPRM atribui responsabilidade primária à Braskem S.A e subsidiária aos entes públicos.

Sendo assim precisamos enviar os subsídios para contestação, até o dia 07/02/2020, à Procuradoria responsável pela representação judicial da Autarquia.

Considerando que é uma defesa de alta complexidade; que o valor de eventual condenação poderá ultrapassar os R\$ 23 bilhões; e que a decisão poderá repercutir nas outras inúmeras ações que já tramitam e ainda tramitarão na justiça, solicito que a Autarquia dê prioridade máxima ao levantamento de toda documentação e informação envolvendo o caso.

Diante disso solicito:

a) relatar a situação atual dos processos da BRASKEM que envolvem as áreas afetadas, deixando claro se as atividades estão ou não paralisadas (parcial ou total);

a) envie tudo (documentos e informações) que a Autarquia já fez em relação a fiscalização, vistorias, autuações para demonstrar que **não houve omissão por parte da ANM**;

b) envie tudo (documentos e informações) que a Autarquia planeja ainda fazer para o melhor deslinde do caso;

c) envie manifestação se concorda com a conclusão do estudo feito pela CPRM. Caso não concorde enviar as informações técnicas para contestar; deixando claro porque a Autarquia considera que não pode ser considerada tecnicamente responsável pelos danos ocorridos e se o ocorrido era um fato previsível ou não;

de) que a ANM se posicione se pode ou deve afirmar na contestação que a culpa é da BRASKEM;

d) informar quando foi a primeira vez que a Autarquia teve ciência da rachadura e dos primeiros sinais do ocorrido e quais as medidas adotadas diante da situação; e se haviam outras passíveis de serem tomadas à época, mas por desconhecimento não foram;

e) pedir para o setor de Planejamento e Orçamento da ANM apresentar os problemas que afetam a execução das ações e o detalhamento da execução realizada nos 3 ou 4 exercícios e perspectivas de proposta orçamentária para 2020, demonstrando historicamente as dificuldades enfrentadas pela Autarquia em alinhar o orçamento aprovado (LOA's) e os limites orçamentários para movimentação e empenho (custeio e investimento) autorizados para execução anual de suas ações; os fortes contingenciamentos anuais impostos pelo Governo Federal (em %) que atingiram a ANM, enfim tudo que for necessário nessa área para demonstrarmos a absoluta impossibilidade de qualquer condenação pecuniária tendo em vista que a Autarquia não possui orçamento suficiente nem para cobrir as despesas correntes e o impacto que isso geraria a Autarquia e a sociedade, ou seja que a ANM não

teria nenhuma Ação Orçamentária capaz de absorver o contingenciamento apresentado sem prejudicar/comprometer sobremaneira o desempenho das ações do órgão.

Necessitamos demonstrar que o deferimento de medida causaria mais danos ainda a Autarquia que já sofre com dificuldades de todas as ordens, principalmente neste momento de incertezas e transição com a transformação do DNPM em Agência Nacional de Mineração - ANM.

f) manifeste sobre a possibilidade ou não da ANM implementar plano de comunicação voltado à gestão do desastre em curso;

g) demais informações que a Direção e Gerência ANM ALAGOAS considerar pertinentes e necessárias à defesa da Autarquia.

O prazo máximo estabelecido pela PF/AL foi o dia 07/02/2020, todavia para que possam compilar os dados e preparar a defesa tanto técnica quanto jurídica solicito que os documentos e informações sejam enviadas a esta Procuradoria até o dia **03/02/2020** para que possamos responder em tempo hábil, considerando que se trata de prazo judicial improrrogável e a ausência ou deficiência na manifestação poderá causar enormes prejuízos a ANM.

Ressalta-se a necessidade da ANM e as Procuradorias alinharem a melhor estratégia finalística, inclusive à luz dos novos fundamentos de fato e de direito já traçados no *decisum*.

Solicito ao apoio da PF/ANM que encaminhe os documentos deste NUP da página 7 a 43 à Direção Geral da ANM, com a advertência da urgência e prioridade que o caso requer.

Brasília, 23 de janeiro de 2020.

MÔNICA APARECIDA MAIA PINHEIRO
PROCURADORA FEDERAL
ANM

Documento assinado eletronicamente por MONICA APARECIDA MAIA PINHEIRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 369593146 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MONICA APARECIDA MAIA PINHEIRO. Data e Hora: 24-01-2020 04:01. Número de Série: 17287243. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.
